

PROSPECTO DEFINITIVO
DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DO “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I”

NO MONTANTE DE ATÉ

R\$100.000.000,00

Classificação de Risco – Standard & Poor’s: brAAAf (cotas seniores) e brA-f (cotas subordinadas)

A constituição do Fundo e a oferta de cotas foi deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 15 de dezembro de 2005.

O Fundo e a distribuição de suas cotas foram registrados na CVM em 22 de dezembro de 2005, sob os nºs CVM/SRE/RFD/2005/052 (cotas seniores) e CVM/SRE/RFD/2005/053 (cotas subordinadas).

Emissão de, no mínimo, 20.000.000 (vinte milhões) e, no máximo, 100.000.000 (cem milhões) de cotas escriturais (“Cotas”) do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I” (“Fundo”), com valor inicial de R\$1,00 (um real) para cada cota, perfazendo o total inicial de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo, no mínimo, 16.000.000 (dezesseis milhões) e, no máximo, 80.000.000 (oitenta milhões) de cotas seniores e, no mínimo, 4.000.000 (quatro milhões) e, no máximo, 20.000.000 (vinte milhões) de cotas subordinadas, sendo ambas as classes destinadas à distribuição pública. As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas estão dispostos no regulamento do Fundo (“Regulamento”), que integra este prospecto como o Anexo I.

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Administradora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61.

O Fundo encontra-se inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.753.073/0001-01.

Códigos ISIN: BRGPINCTF009 (cotas seniores) e BRGPINCTF017 (cotas subordinadas).

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 54 A 64”

Somente Investidores Autorizados, conforme definidos no Regulamento podem adquirir cotas do Fundo.



Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Instituição Intermediária MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS ADMINISTRADORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	
Instituição Administradora MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS ADMINISTRADORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	Gestor GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
Custodiante BANCO ITAÚ S.A.	Agência Classificadora de Risco STANDARD & POOR’S
Auditoria KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	Assessoria Legal Levy & Salomão Advogados

A data deste Prospecto Definitivo é 20 de março de 2006

AVISOS - ANBID

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da instituição administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

Glossário	7
Identificação da Instituição Administradora, da Instituição Intermediária, do Gestor, de Consultores e Auditores	16
Sumário dos Termos e Condições do Fundo	24
Procedimento de Distribuição	30
Informações sobre Coleta de Intenções e Recebimento de Reservas	30
Início e Encerramento da Distribuição	30
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas	30
Características Gerais do Fundo	33
Objeto	33
Público Alvo	33
Forma de Constituição	34
Prazo de Duração	34
Amortização	34
Objetivo de Investimento	35
Política de Investimento	36
Carteira do Fundo	36
Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo	36
Reserva de Liquidez	37
Requisitos de Diversificação	37
Demais Informações sobre a Política de Investimento	38
Direitos Creditórios	40
Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios	40
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	43
Características dos Direitos Creditórios	44

Política de Concessão de Crédito a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG	46
Recebimento dos Recursos Relativos aos Direitos Creditórios pelo Fundo e Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos pelo Agente de Cobrança	46
Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado	48
Informações Relativas ao Banco BMG	52
Fatores de Risco	54
Riscos de Mercado	54
Riscos de Crédito	55
Riscos de Liquidez	57
Riscos Específicos	59
Riscos Operacionais	59
Riscos de Descontinuidade	61
Riscos da Originadora	62
Outros Riscos	63
Gerenciamento de Riscos	65
Cotas do Fundo	66
Características Gerais	66
Primeira Emissão	67
Novas Emissões	68
Classes de Cotas	69
Razão Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores	70
Apuração do Resultado da Carteira do Fundo	71
Amortização das Cotas	72
Amortização das Cotas Seniores	72
Amortização das Cotas Subordinadas	73
Amortização Compulsória	74
Reserva de Pagamento	76

Regras de Movimentação	77
Taxas	78
Prestadores de Serviços	80
Instituição Administradora	80
Gestor	86
Custodiante e Escriturador de Cotas	87
Fiel Depositário e Agente de Cobrança	88
Instituição Intermediária	89
Auditor	89
Agência Classificadora de Risco	90
Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse	91
Sumário dos Contratos Relevantes	92
Contrato de Custódia	92
Contrato de Cessão	95
Contrato de Prestação de Serviços	103
Convênio do Banco BMG com o INSS	103
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe	106
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	106
Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe	107
Assembléia Geral	109
Competência	109
Procedimento de Convocação	110
Nomeação de Representante dos Condôminos	112
Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações	112
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral	115
Liquidação do Fundo	116
Eventos de Avaliação	116
Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo	120

Procedimentos de Liquidação Antecipada	121
Informações Complementares	124
Despesas e Encargos do Fundo	124
Direitos Creditórios Inadimplentes, Fundo de Liquidez, Recompra Obrigatória e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança	125
Informações Obrigatórias e Periódicas	128
Correio Eletrônico	131
Publicações	132
Base Legal relativa aos FIDCs	133
Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas	134
Atendimento ao Cotista	136
Anexos	
Anexo I – Regulamento do Fundo	137
Anexo II – Informações sobre a Classificação de Risco do Fundo	138
Anexo III – Minuta do Contrato de Cessão de Créditos	139

GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste prospecto:

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02295585/0002-20, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Cobrança	Agente contratado pelo Custodiante para realizar a cobrança dos direitos creditórios do Fundo.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em direitos creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em direitos creditórios estabelecida no item 9 do Regulamento.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Aposentados e Pensionistas	Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, devedores do Fundo em

	decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Banco BMG.
Banco BMG	Instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74, Cedente dos direitos creditórios ao Fundo e contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança.
Caixa Econômica Federal ou CEF	Instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, em Brasília, Distrito Federal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/0001-04.
Cedente	Cedente dos Créditos ao Fundo, que será exclusivamente o Banco BMG.
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.
Contrato de Cessão	Contrato de Cessão de Créditos, a ser celebrado entre o Banco BMG e o Fundo,

com a interveniência do Custodiante e do Gestor, conforme a minuta constante do Anexo III deste prospecto.

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.

Cotas Seniores

São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.

Cotas Subordinadas

São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembléia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral.
Créditos	Direitos creditórios oriundos de contratos de empréstimo celebrados pelo Cedente com titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, pagos por meio de desconto em benefício.
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das

	Cotas Seniores, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês
Datas de Amortização de Cotas Subordinadas	Datas das amortizações programadas das Cotas Subordinadas, sempre no dia 20 (vinte) de cada mês.
Devedores	Devedores dos empréstimos cujos direitos creditórios serão adquiridos pelo Fundo, titulares de benefícios de aposentadoria ou pensão
Dia Útil	Qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 24.2 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de direitos creditórios, se for o caso, bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Aqueles definidos no item 24.3 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de direitos creditórios, se for o

	caso.
Fator Multiplicador	Quantia correspondente à Taxa DI, expressa ao dia, acrescida de 2% (dois por cento), da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
Fluxo Previsto	Somatória do fluxo previsto mensal a valor presente na data de aquisição de cada carteira de direitos creditórios adquirida, não se considerando, para este fim, perdas de qualquer natureza.
Fluxo Teórico	Corresponde ao fluxo teórico mensal das carteiras a valor futuro na data de aquisição.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I.
Fundo de Liquidez	Fundo constituído com recursos oriundos do pagamento de cada cessão de créditos, em montante equivalente a 5% (cinco por cento) do preço de cessão.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituição Administradora	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,

na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, ou quem vier a lhe suceder.

Instituição Intermediária

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira devidamente habilitada, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, a participar do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61.

Instituições Autorizadas

Instituições aprovadas pela Agência Classificadora de Risco, com base no respectivo nível de risco, considerada a compatibilidade deste com a classificação de risco do Fundo. São consideradas Instituições Autorizadas as seguintes instituições: (i) Banco Itaú S.A.; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Santander S.A.; (iv) Unibanco – União de Banco Brasileiros S.A.; (v) Banco do Brasil S.A.; (vi) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; e (vii) Banco ABN Amro Real S.A.

Investidores Autorizados

Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e

	"Multimercado", de acordo com os artigos 91, inciso II, da Instrução CVM nº 409/04.
Novas Emissões	Novas emissões de cotas do Fundo.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
Período de Verificação	Período de tempo correspondente a um mês-calendário, em relação ao qual será apurada a inadimplência da carteira de direitos creditórios do Fundo para fins do item 24.2 "xvi" do Regulamento.
Primeira Emissão	Primeira emissão de Cotas do Fundo.
Prospecto	Prospecto da Primeira Emissão.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento).
Regulamento	Regulamento do Fundo, registrado no Quarto Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 2005.
Reserva de Liquidez	Soma, equivalente a no mínimo 2% (dois

por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades.

Reserva de Pagamento

Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.

Taxas DI

Variação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA,
DO GESTOR, DE CONSULTORES E AUDITORES**

Instituição Administradora

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3861-2055
Fax: (21) 3861-2001

Instituição Intermediária

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3974-4500
Fax: (21) 3974-4501

Gestor

GP Investimentos Imobiliários S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 7º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3131-5596
Fax: (11) 3131-5566

Consultores Legais

Levy & Salomão Advogados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar
São Paulo - SP
Telefone: (11) 3365-5050
Fax: (11) 3365-5048

Auditores Contratados

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3067-3000
Fax: (11) 3079-3752

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

Desde que devidamente autorizado pela Instituição Intermediária e pelo Gestor, o Fundo poderá solicitar à CVM que permita a modificação ou a revogação da oferta das Cotas, na hipótese de se verificar alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria oferta. Será sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da oferta estabelecida pelo Fundo.

A revogação da oferta torna ineficazes, além da própria oferta, os atos de aceitação anteriores ou posteriores, sendo restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Cotas ofertadas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição, utilizando-se os procedimentos adotados pelo Custodiante.

Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede do Fundo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de sua manutenção na hipótese de silêncio.

Na hipótese de o investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente oferta, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas subscritas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição, utilizando-se os procedimentos adotados pelo Custodiante.

Eventual modificação da oferta das Cotas do Fundo será imediatamente divulgada ao público por meios ao menos iguais aos utilizados para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição. Na hipótese de modificação da oferta, a Instituição Intermediária se acautelará e se certificará, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o investidor está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da oferta.

Informações Relativas à Taxa de Desconto Praticada na Aquisição dos Direitos Creditórios

A contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios, devida pelo Fundo, será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$PC_i = \frac{VN_i}{(Fator_{CE})^{DU_i}}$$

onde:

PC_i = Preço de cessão do Crédito “i”;

VN_i = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão;

Du_i = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive;

Fator_{ce} = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{CE} = \left(1 + \frac{DI + FSE}{100}\right)^{\frac{1}{252}}$$

onde:

DI = Taxa anual dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 dias úteis, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da cessão do Créditos;

FSE = Fator Spread Excedente = 5% a.a.

Os Créditos liquidados antecipadamente, por qualquer motivo, terão seu preço calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PL_i = \frac{VN_i}{(Fator_{LA})^{Du_i}}$$

onde:

PL_i = Preço de liquidação antecipada do Crédito “i”;

VN_i = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão;

Du_i = Número de dias úteis compreendido entre a data de liquidação antecipada, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive;

Fator_{LA} = Fator de liquidação antecipada, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{la} = \left[1 + \frac{DI + FSE}{100} \right]^{1/252}$$

onde:

DI = Taxa anual dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 dias úteis, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da liquidação antecipada dos créditos;

FSE = Fator Spread Excedente = 5% a.a.

Consulta aos Demonstrativos Financeiros e aos Relatórios de Administração do Fundo

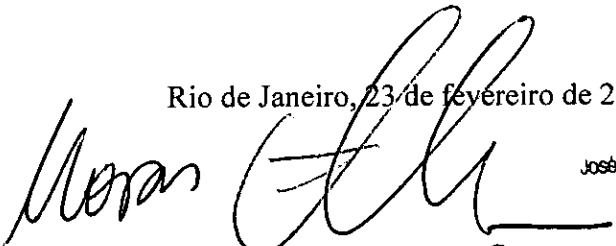
O investidor poderá consultar os demonstrativos financeiros e os relatórios de administração do Fundo na sede da Instituição Administradora, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou em sua página na rede mundial de computadores (www.mellonbrasil.com.br).


Declarações


DECLARAÇÃO


FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 15 de dezembro de 2005, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.753.073/0001-01 ("Fundo"), neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada por sua vez na forma de seu estatuto social; e **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, acima qualificada, na qualidade de instituição intermediária da distribuição de cotas do Fundo, vêm, nos termos do artigo 56 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, declarar que: (i) o prospecto da 1ª distribuição de cotas do Fundo: (a) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das cotas do Fundo, do Fundo, de suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo, por ocasião de sua 1ª distribuição de cotas, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2006.


José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-Presidente


FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I,
representado por sua instituição administradora,
Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.


José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-Presidente

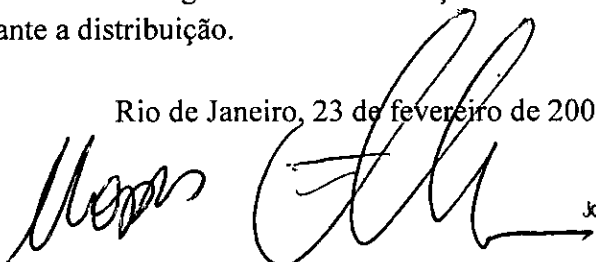

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**,
na qualidade de instituição intermediária



DECLARAÇÃO

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 15 de dezembro de 2005, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.753.073/0001-01 ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, declarar que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da 1ª distribuição das cotas do Fundo e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2006.



José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-Presidente

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

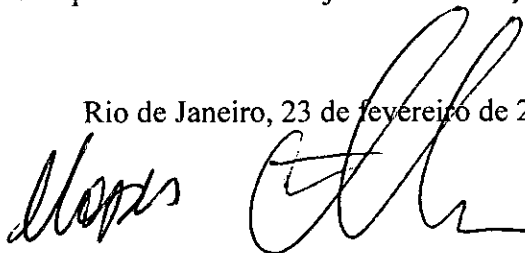
Carla Lopes
Procuradora



DECLARAÇÃO

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição administradora e instituição intermediária (“Instituição Intermediária”) da 1ª distribuição de cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 15 de dezembro de 2005, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.753.073/0001-01 (“Fundo”), vem, nos termos do item 8 do Anexo III da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, declarar que quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e sua 1ª distribuição de cotas poderão ser obtidas junto à Instituição Intermediária e na CVM.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2006.



José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-Presidente

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Carla Lopes
Procuradora



SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I”, bem como as principais condições da oferta das Cotas do Fundo. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

Emissor das Cotas	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I.
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco BMG S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74.
Forma de Constituição	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.
Prazo de Duração	O Fundo será liquidado no dia 20 (vinte) do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas.
Quantidade Total de Cotas da Primeira Emissão	Na Primeira Emissão, serão emitidas até 100.000.000 (cem milhões) de cotas. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de cotas objeto da Primeira Emissão, desde que observados (i) o limite máximo de 80.000.000 (oitenta milhões) e o mínimo de 16.000.000 (dezesseis milhões) de Cotas Seniores; (ii) o limite máximo de 20.000.000 (vinte milhões) e o mínimo de 4.000.000 (quatro milhões) de Cotas Subordinadas; e (iii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados <i>pro-forma</i> considerando a Primeira

	Emissão deve respeitar, na data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima.
Valor Inicial Unitário das Cotas	R\$1,00 (um real) cada, independentemente da classe, na Data de Subscrição Inicial.
Valor Total Inicial da Primeira Emissão	Limite máximo de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo o limite mínimo de R\$20.000.000,00 (vinte milhões).
Prazo para Encerramento da Distribuição das Cotas Seniores da Primeira Emissão	180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º, incisos I a VIII, da Instrução 356/01.
Classes de Cotas	As cotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas. Todas as cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 21 do Regulamento. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para apuração do resultado e amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A apuração do resultado e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento.
Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 125% (cento e vinte e cinco por

Fundo e o Valor das Cotas Seniores

cento) (“Razão Mínima”).

Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento: (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à variação das Taxas DI, acrescida de 2% (dois por cento) (na forma do item 16.3.1 do Regulamento e calculada conforme o Anexo V do Regulamento), no respectivo período; e (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas. A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, consta do Anexo V do Regulamento. A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortizações

A partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 17.1 do Regulamento. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por

decisão da assembléia geral de cotistas. A partir do 7º (décimo terceiro) mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos e seja observada a Razão Mínima, as Cotas Subordinadas também serão amortizadas, parcialmente, em 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 17.2 do Regulamento. As amortizações das Cotas Subordinadas ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 20 (vinte) de cada mês. Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso (i) em decorrência direta da sua concretização, calculada *pro forma* pela fórmula do item 17.2 do Regulamento, ocorra a inobservância da Razão Mínima; e/ou (ii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e/ou (iii) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos.

Resgate

As cotas do Fundo somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

**Procedimento da
Distribuição Pública**

A distribuição das Cotas Seniores e Subordinadas será pública, destinada exclusivamente a Investidores Autorizados. As cotas do Fundo serão colocadas pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

**Mercado onde as Cotas
Seniores e Subordinadas
serão negociadas**

As Cotas Seniores e Subordinadas serão negociadas (i) no Mercado de Balcão Organizado (SOMA), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa; (ii) no mercado de balcão organizado de renda fixa da Bovespa (Bovespafix); e (iii) na CETIP.

Valor Mínimo de Aplicação

R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Destinação dos Recursos	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das cotas do Fundo serão destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados e Pensionistas, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em folha de benefícios do INSS.
Classificação de Risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas	brAAAf (Cotas Seniores) e brA-f (Cotas Subordinadas), da Standard & Poor's
Publicações	As publicações a cargo do Fundo serão realizadas no jornal "Diário Mercantil", da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Instituição Administradora	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61.
Instituição Intermediária	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedades com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61.
Custodiante	Banco Itaú S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04.
Auditor	KPMG Auditores Independentes S/C Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ

sob o nº 57.755.217/0001-29.

**Agência Classificadora de
Risco**

Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0002-20.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Informações sobre Coleta de Intenções e Recebimento de Reservas

Não haverá coleta de intenções de investimento em Cotas Seniores e Subordinadas por parte de potenciais investidores.

Não haverá procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Cotas Seniores e Subordinadas, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores e Subordinadas somente terá início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; e (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo. O início da distribuição das Cotas está previsto para 3 de janeiro de 2006.

A distribuição das Cotas será encerrada em até 180 (cento e oitenta) dias a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, incisos I a VIII, da Instrução nº 356/01, da CVM, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo. Assim, o encerramento da distribuição das Cotas está previsto para o dia 21 de junho de 2006.

Frise-se que a Instituição Intermediária poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Banco BMG em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Banco BMG, aos Créditos e aos procedimentos de cobrança de tais Créditos.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas do Fundo devem contatar a Instituição Administradora ou a Instituição Intermediária, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Intermediária; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Cotas deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Cotas somente poderá ser efetuada por débito e crédito em conta corrente mantida no Custodiante indicada pelo Fundo ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As Cotas poderão ser negociadas (i) no Mercado de Balcão Organizado (SOMA), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa; (ii) no mercado de balcão organizado de renda fixa da Bovespa (Bovespafix); e (iii) na CETIP, cabendo à Instituição Intermediária assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das cotas.

A totalidade das Cotas será colocada publicamente pela Instituição Intermediária, sob o regime de melhores esforços, de modo que a Instituição Intermediária não estará obrigada, por qualquer forma, a subscrevê-las.

Ressalte-se que será permitida a distribuição parcial das Cotas do Fundo, observadas as quantidades mínimas estabelecidas no item 14.2.1 do Regulamento. Assim, a presente oferta não será de qualquer forma afetada na hipótese de não ser distribuída a totalidade das Cotas previstas.

Ademais, os custos envolvidos na distribuição pública das Cotas Seniores são os seguintes:

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro	82.870,00	0,104
Outros Custos	44.000,00	0,044
Total	128.870,00	0,161

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Subordinadas:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro	82.870,00	0,414
Outros Custos	11.000,00	0,011
Total	82.881,00	0,414

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas encontram-se do Capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse” deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados e Pensionistas, cujo pagamento é efetuado por meio de desconto da renda mensal dos benefícios do INSS.

Público Alvo

Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas do Fundo. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Autorizados aqueles definidos na regulamentação pertinente (atualmente o artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM) como investidores qualificados, quais sejam:

- i) instituições financeiras;
- ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Autorizados os fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", conforme previsto no artigo 91, inciso II, da Instrução CVM nº 409/04.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas.

Prazo de Duração

O Fundo será liquidado no dia 20 (vinte) do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembleia geral de cotistas.

Amortizações

A partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 17.1 do Regulamento. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de cotistas.

A partir do 7º (sétimo) mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos e seja observada a Razão Mínima, as Cotas Subordinadas também serão amortizadas, parcialmente, em 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 17.2 do Regulamento. As amortizações das Cotas Subordinadas ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 20 (vinte) de cada mês. Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso (i) em decorrência direta da sua concretização, calculada *pro forma* pela fórmula do item 17.2 do Regulamento, ocorra a inobservância da Razão Mínima; e/ou (ii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e/ou (iii) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de condôminos.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados e Pensionistas, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em folha de benefícios do INSS.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro as Taxas DI, acrescidas de 2% (dois por cento). Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo de como longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Carteira do Fundo

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em direitos creditórios, os quais são originários do segmento de empréstimos a titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, com desconto em folha de benefícios.

O Fundo adquirirá a totalidade dos direitos creditórios que irão compor sua carteira no prazo de 6 (seis) meses a contar da Data de Subscrição Inicial.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em direitos creditórios (“Alocação Mínima”).

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os critérios de elegibilidade especificados no item 10 do Regulamento.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- iv) títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social.

O Gestor envidará seus melhores esforços para manter, sempre que possível, o remanescente do patrimônio líquido do Fundo aplicado em (i) títulos públicos de emissão do Governo Federal; (ii) Certificados de Depósito Bancário de emissão de qualquer das Instituições Autorizadas; (iii) fundos de investimento cuja classificação de risco da Agência Classificadora de Risco seja brAAf/brS1 ou brAAf/brS2, em percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou (iv) fundos de investimento sem classificação de risco da Agência Classificadora de Risco, mas que tenham sido submetidos a uma avaliação desta empresa, em percentual de, no máximo, 20% do patrimônio líquido do Fundo.

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 2% (dois por cento) de seu patrimônio líquido (“Reserva de Liquidez”). Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

As Disponibilidades abrangem: (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.

Requisitos de Diversificação

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos abaixo.

O total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de uma mesma pessoa física não pode exceder:

- i) 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou
- ii) 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, em se tratando do total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador,

de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O disposto acima não se aplica no caso de coobrigação do Cedente, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo não pode realizar aplicações em direitos creditórios da Instituição Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os direitos creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar operações compromissadas com as Instituições Autorizadas, desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento.

Entende-se por Instituições Autorizadas as instituições aprovadas pela Agência Classificadora de Risco, com base no respectivo nível de risco, considerada a compatibilidade deste com a classificação de risco do Fundo. São consideradas Instituições Autorizadas as seguintes instituições: (i) Banco Itaú S.A.; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Santander S.A.; (iv) Unibanco – União de Banco Brasileiros S.A.; (v) Banco do Brasil S.A.; (vi) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; e (vii) Banco ABN Amro Real S.A.

É vedado ao Fundo realizar operações de day trade ou realizar operação de renda variável. O Fundo poderá realizar operações com derivativos exclusivamente na

modalidade “com garantia”, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, e até o limite dessas.

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora, o Gestor e/ou Partes Relacionadas a eles atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

Entende-se por Partes Relacionadas, em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 13 do Regulamento. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios

Com o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contratadas com instituições financeiras, pagadoras ou não dos benefícios.

O desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas, previsto no artigo 6º da Lei nº 10.820/03, é regulamentado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme alterado, e pela Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 1º de julho de 2005, conforme alterada pela Instrução Normativa nº 1, de 29 de setembro de 2005.

O empréstimo com desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas é de consignação facultativa. Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja previsão legal para tanto. Há também consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia dos Aposentados e Pensionistas, pois sua exigibilidade decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre as consignações compulsórias cita-se (i) a contribuição para a previdência social; (ii) a pensão alimentícia judicial; (iii) o pagamento de benefícios além do devido; (iv) o imposto de renda na fonte; e (v) as mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.

A soma mensal dos descontos consignados para pagamento de empréstimos, financiamentos ou operações de arrendamento mercantil não poderá exceder, no momento da efetiva contratação, a 30% (trinta por cento) do valor do benefício, deduzidas as consignações obrigatórias.

As consignações obrigatórias têm prioridade sobre as facultativas. Assim, após retenção das consignações obrigatórias, o saldo do valor do benefício poderá não ser suficiente para pagamento das consignações facultativas (veja o capítulo “Fatores de

Risco”, seção “Riscos de Crédito”; e seção “Riscos Específicos”, subseção “Riscos Operacionais”).

A imposição de limites para o desconto em folha de benefícios pelo INSS tem por finalidade impedir o comprometimento da verba alimentar de Aposentados e Pensionistas. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos benefícios de aposentadoria e pensão seja destinada a contribuições de primeira importância e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Além disso, os descontos consignados para pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis deverão ser expressamente autorizados, de forma irrevogável e irretratável, pelo próprio titular do benefício.

Decisões Judiciais sobre Desconto em Benefício

O pagamento de empréstimos e financiamentos por meio de desconto da renda mensal dos benefícios de aposentadoria e de pensão do INSS somente foi permitido a partir do final de 2003, por força da edição da Medida Provisória nº 130 (convertida na Lei nº 10.820/03). Tratando-se portanto de modalidade recente de operação, ainda não há base sólida e consistente de decisões dos Tribunais Superiores acerca da legalidade do referido desconto.

Contudo, cabe fazer análise acerca de decisões proferidas pelos Tribunais Superiores relativas ao desconto em folha de pagamento de servidores públicos, modalidade mais antiga mas que em muito se assemelha ao desconto em benefícios do INSS.

Em decisão proferida no ano de 2004, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ considerou abusiva cláusula que estabelece a irrevogabilidade da autorização para desconto em folha concedida por um servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação de impenhorabilidade dos salários e vencimentos (artigo 649, IV, do Código de Processo Civil). Tal decisão somente tem efeitos sobre a autorização para desconto em folha concedida por esse servidor específico, não afetando as demais operações de empréstimo com desconto em folha, ou as operações com desconto em benefício do INSS. É importante ressaltar, ainda, que essa decisão não é vinculante, ou seja, caso outro servidor público, empregado ou aposentado ou pensionista pretendesse cancelar, em juízo,

autorização concedida para desconto em folha de pagamento, o juízo competente poderá julgar de acordo com suas próprias convicções, não tendo qualquer dever de acompanhar o entendimento da 3ª Turma do STJ.

Trata-se, portanto, de decisão isolada, existindo julgados em sentido contrário do próprio STJ (por exemplo, Medida Cautelar nº 6398-RS 2003/0061854-6, relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, publicado no Diário da Justiça de 6 de maio de 2003). Ademais, frise-se que não é pacífica a fundamentação de que o desconto em folha de pagamento se configuraria em penhora de salários ou vencimentos, como evidenciado em voto do Ministro Aldir Passarinho, cujo trecho é abaixo transcrito (e integralmente aplicável para o desconto em benefício do INSS):

“Cuida-se de agravo de instrumento manejado contra decisão que deferiu tutela antecipatória em ação revisional de contrato de mútuo, para fim de impedir que fossem descontadas em folha de pagamento da requerente, funcionário público militar, as parcelas que contratualmente assumiu com a instituição financeira. (...)

Relativamente ao art. 649 da lei adjetiva [o Código de Processo Civil], é estranho à controvérsia, pois a hipótese não cuida de penhora judicial do numerário, mas ao contrário do afirmado, justamente da livre disposição dos vencimentos, mediante contratação que até o momento permanece hígida” (Medida Cautelar nº 6.769 – RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, publicado no Diário da Justiça de 13 agosto de 2003)”.

Ademais, a legalidade do desconto em folha de pagamento de servidores públicos foi também objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ no recente julgamento do Recurso Especial nº 728.563. A decisão proferida em relação a referido recurso tenderá a ser seguida pelos ministros que compõem a Terceira e a Quarta Turma do STJ.

O Recurso Especial nº 728.563 foi interposto pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarara serem ilegais os descontos em folha de pagamento de débitos relativos a empréstimo contraído por servidor público. Essa decisão se fundamentara na vedação à penhora dos vencimentos dos servidores públicos. Além disso, considerara descabidos os descontos por ser o salário verba de natureza alimentar.

Em 8 de junho de 2005, os ministros da Segunda Seção do STJ julgaram o referido Recurso Especial nº 728.563, reconhecendo, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve divergência, contudo, quanto à fundamentação dos votos dos ministros.

O Ministro Relator Aldir Passarinho Júnior afirmou em seu voto que o desconto em folha de pagamento consiste em mero exercício de livre disposição contratual das partes, não configurando, portanto, penhora de vencimentos. Outros quatro ministros compartilharam de tal entendimento.

A Ministra Nancy Andrighi e o Ministro Castro Filho também entenderam que o desconto em folha de pagamento não configura penhora de vencimentos. Contudo, só admitiram a possibilidade de o desconto em folha de pagamento ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos. Ressaltaram inclusive que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos. O argumento invocado pelos referidos ministros é de que os vencimentos têm natureza alimentar, devendo o servidor ter sobre eles livre fruição.

Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) o Fundo somente poderá adquirir créditos que constem de relatório de verificação elaborado pela KPMG Auditores Independentes que ateste a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG relativas a cada um dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo: (a) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (b) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (c) o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (d) valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação;
- ii) os direitos creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;

- iii) os direitos creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de empréstimo, cujo prazo total seja igual ou inferior a 36 (trinta e seis) meses; e
- iv) os direitos creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo.

O relatório de verificação referido no item 'i' acima (i) deverá seguir o modelo constante do Anexo VII ao Regulamento; e (ii) será enviado ao Custodiante por meio eletrônico previamente a cada uma das aquisições de Direitos Creditórios.

O relatório de verificação deverá ser recebido pelo Custodiante até às 12:00 horas, a fim de que a cessão dos direitos creditórios possa ser realizada em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento do referido arquivo. Caso o relatório de verificação seja recebido pelo Custodiante após às 12:00 horas, a cessão dos direitos creditórios será realizada em até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do referido arquivo.

Sendo constatada, pela Instituição Administradora, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Banco BMG relativas aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Banco BMG esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 24.2 "xv" do Regulamento.

Características dos Direitos Creditórios

Natureza - Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo, com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal, celebrados com Aposentados e Pensionistas, titulares de benefícios do INSS.

Desde o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), os Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares, os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contraídos com instituições financeiras, pagadoras ou não do benefício. Para a efetiva consignação dos

descontos na renda mensal dos benefícios concedidos pelo INSS, devem ser observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

Processo de Origem - Inicialmente, os Aposentados e Pensionistas interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Banco BMG e estabelecem as características da operação (veja o capítulo “Fatores de Risco”, seção “Riscos Específicos”, subseções “Riscos Operacionais” e “Riscos da Originadora”; e seção “Outros”. Os atendentes consultam a página do INSS na *internet* para confirmar dados fornecidos e existência de margem consignável. Ressalte-se que o Fundo não irá adquirir direitos creditórios decorrentes de contratos celebrados exclusivamente por meio da central de atendimento telefônico do Banco BMG. Assim, todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo serão amparados por instrumento assinado pelas partes.

O Banco BMG, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.

Aprovada a operação, o Banco BMG transfere os recursos do empréstimo para o Aposentado ou Pensionista, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito – DOC ou Transferência Eletrônica Disponível - TED. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada.

O INSS, por meio da DATAPREV, inicia o desconto na folha de benefícios e repassa o valor à CEF, que o transfere ao Fundo, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados.

Note-se que todos os direitos creditórios cedidos ao Fundo estarão amparados por seguro contratado pelo Banco BMG para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor.

Documentos da Operação – Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de notas promissórias representativas da dívida, de instrumentos constitutivos de garantias e da respectiva apólice de seguro.

Política de Concessão de Crédito a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG

O Banco BMG adota a seguinte política de concessão de crédito em se tratando de empréstimos a Aposentados e Pensionistas:

- i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Aposentado ou Pensionista se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus benefícios; isto porque há limite para o percentual dos benefícios de cada Aposentado ou Pensionista que pode ser comprometido com desconto em benefício, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Aposentado ou Pensionista deve apresentar, no ato na contratação do empréstimo, documentos ou informações que comprovem sua condição de titular de benefício previdenciário do INSS e a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto;
- ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) e valor máximo de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 (dois), e de no máximo 36 (trinta e seis) meses, observadas eventuais limitações regulamentares aplicáveis à espécie.

Recebimento dos Recursos Relativos aos Direitos Creditórios pelo Fundo e Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos pelo Agente de Cobrança

Os recursos relativos aos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo serão repassados pelo INSS à CEF, que, por sua vez, os transferirá diretamente ao Fundo. As etapas para recebimento dos referidos recursos são a seguir descritas:

- i) o INSS desconta dos benefícios dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;

- ii) até o último dia do mês, o INSS envia ao Banco BMG relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que serão descontados; cópia do referido relatório é enviada pelo Banco BMG à CEF; até o quinto Dia Útil do mês subsequente, os valores descontados são repassados pelo INSS para uma conta de controle do Banco BMG na Caixa Econômica Federal, por meio de depósito único na conta “Reserva Bancária” da CEF perante o Banco Central do Brasil, via Sistema de Transferência de Reserva – STR; por meio da referida conta de controle, a CEF segrega tais recursos em nome do BMG; posteriormente, a CEF transfere os recursos descontados dos Devedores diretamente para conta de titularidade do Fundo, a ser indicada;
- iii) quando o Fundo recebe os valores, o Agente de Cobrança confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo INSS, no qual é informado quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus benefícios; e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de morte ou ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Agente de Cobrança questiona o INSS; e
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente.

O procedimento adotado pelo Agente de Cobrança para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- i) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio ou obter a indenização correspondente de acordo com o seguro contratado; e
- ii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em benefício, ou ainda a cassação ou interrupção do pagamento do benefício, busca-se a renegociação do empréstimo (de modo que as parcelas sejam condizentes com a eventual nova margem do Devedor) e/ou a cobrança amigável (fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações); caso sejam frustradas a renegociação e/ou a cobrança amigável, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de

Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente, e, caso o valor compense as despesas judiciais, procede-se à cobrança judicial da quantia devida.

Os direitos creditórios inadimplidos pelos Devedores, não cobertos com recursos do Fundo de Liquidez, nem recomprados pelo Cedente, permanecerão sujeitos à cobrança pelo Agente de Cobrança, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. O Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos direitos creditórios inadimplidos junto aos respectivos clientes, bem como promover a cobrança judicial de qualquer direito creditório inadimplido, (i) após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do direito creditório inadimplido em questão; e (ii) desde que devidamente autorizado pela Instituição Administradora e pelo Gestor.

Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado

A melhora das condições da economia brasileira observada durante 2004 propiciou um aumento considerável no volume de operações de crédito de todo o sistema financeiro. Verificou-se crescimento de 18% de outubro de 2004 a outubro de 2005, atingindo o volume total de R\$ 575,6 bilhões no final do período, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Dentre as diversas modalidades de operações de crédito, as operações para pessoas físicas foram as que mais cresceram em termos percentuais (39% de outubro de 2004 a outubro de 2005), atingindo o volume de R\$ 180,6 bilhões em outubro de 2005, e representando 31% do universo total de operações de crédito.

Operações de crédito do sistema financeiro												
Saldo por atividade econômica^{1/}												
Período		Setor público^{2/}			Setor privado							Total geral
		Governo federal	Governos estaduais e municipais	Total do setor público	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoas físicas	Outros serviços	Total do setor privado	
2003	Dez	4 739	10 248	14 987	116 850	25 009	47 304	43 265	98 983	71 812	403 223	418 210
2004	Jan	4 974	10 562	15 536	113 250	24 888	47 197	43 500	100 306	73 063	402 203	417 739
	Fev	5 043	10 659	15 702	114 341	24 635	47 639	44 028	102 373	72 115	405 131	420 833

	Mar	5 356	10 960	16 315	114 661	24 942	47 885	44 227	104 921	72 827	409 464	425 779
	Abr	5 379	12 212	17 591	117 582	25 120	48 412	45 382	107 448	74 019	417 963	435 554
	Mai	5 332	12 546	17 878	120 188	25 147	49 102	47 459	110 090	76 001	427 986	445 864
	Jun	5 209	13 273	18 481	120 645	25 240	50 470	48 797	112 386	76 916	434 454	452 935
	Jul	5 255	13 403	18 658	121 777	25 419	49 665	49 144	115 306	77 331	438 643	457 300
	Ago	5 342	13 913	19 255	121 545	25 495	50 526	51 094	118 975	77 567	445 203	464 458
	Set	5 456	14 007	19 462	122 258	25 434	53 445	52 781	122 139	78 188	454 245	473 707
	Out	5 272	14 336	19 608	124 121	25 489	55 060	53 628	129 730	81 364	469 392	489 000
	Nov	5 166	14 283	19 449	124 866	25 615	56 853	55 135	132 414	79 281	474 164	493 614
	Dez	5 043	14 170	19 212	125 166	25 774	58 538	54 935	136 407	79 571	480 391	499 604
2005	Jan	5 001	14 140	19 141	125 558	25 941	58 582	55 444	140 486	81 426	487 437	506 578
	Fev	4 981	14 171	19 152	126 715	26 038	58 432	56 967	143 944	81 735	493 830	512 982
	Mar	5 021	14 546	19 568	127 037	26 184	59 002	57 324	148 825	83 682	502 054	521 622
	Abr	4 975	14 557	19 533	128 583	26 406	59 892	57 984	153 097	84 505	510 467	530 000
	Mai	5 045	14 407	19 452	128 741	26 538	59 927	58 022	158 893	82 360	514 482	533 934
	Jun	4 839	14 761	19 600	129 762	26 882	60 191	58 649	162 387	83 849	521 719	541 320
	Jul	4 811	15 169	19 980	131 841	27 165	59 001	58 925	166 024	85 882	528 839	548 819
	Ago*	4 766	15 378	20 143	132 929	27 492	58 448	59 674	171 843	87 318	537 704	557 847
	Set*	4 694	15 400	20 094	131 209	27 805	59 724	61 075	176 275	88 174	544 264	564 358
	Out*	4 588	15 291	19 879	133 691	28 173	61 948	62 252	180 643	89 035	555 741	575 620
Variação %												
No mês		-2,3	-0,7	-1,1	1,9	1,3	3,7	1,9	2,5	1,0	2,1	2,0
No trimestre		-4,6	0,8	-0,5	1,4	3,7	5,0	5,6	8,8	3,7	5,1	4,9
No ano		-9,0	7,9	3,5	6,8	9,3	5,8	13,3	32,4	11,9	15,7	15,2
Em 12 meses		-13,0	6,7	1,4	7,7	10,5	12,5	16,1	39,2	9,4	18,4	17,7

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Setorização definida de acordo com a Carta-Circular 2.903, de 23.3.2000.

2/ Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais em que os governos federal, estadual ou municipal detêm participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta-Circular 2.345, de 25.1.1993.

* Dados preliminares.

Dentre as operações de crédito com recursos livres para pessoa física, as operações de crédito pessoal foram as que mais cresceram, um percentual de 50% no período de outubro de 2004 a outubro de 2005, seguida da modalidade outros (46%) e financiamento para aquisição de bens (45%). As operações de crédito pessoal atingiram o volume de R\$ 61,9 bilhões em outubro de 2005, representando 41% do universo total de operações com recursos livres.

Operações de crédito do sistema financeiro												
Saldo por atividade econômica1/												R\$ milhões
Período		Setor público2/		Setor privado								Total geral
		Governo federal	Governos estaduais e municipais	Total do setor público	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoas físicas	Outros serviços	Total do setor privado	
2003	Dez	4 739	10 248	14 987	116 850	25 009	47 304	43 265	98 983	71 812	403 223	418 210
2004	Jan	4 974	10 562	15 536	113 250	24 888	47 197	43 500	100 306	73 063	402 203	417 739
	Fev	5 043	10 659	15 702	114 341	24 635	47 639	44 028	102 373	72 115	405 131	420 833
	Mar	5 356	10 960	16 315	114 661	24 942	47 885	44 227	104 921	72 827	409 464	425 779
	Abr	5 379	12 212	17 591	117 582	25 120	48 412	45 382	107 448	74 019	417 963	435 554
	Mai	5 332	12 546	17 878	120 188	25 147	49 102	47 459	110 090	76 001	427 986	445 864
	Jun	5 209	13 273	18 481	120 645	25 240	50 470	48 797	112 386	76 916	434 454	452 935
	Jul	5 255	13 403	18 658	121 777	25 419	49 665	49 144	115 306	77 331	438 643	457 300
	Ago	5 342	13 913	19 255	121 545	25 495	50 526	51 094	118 975	77 567	445 203	464 458
	Set	5 456	14 007	19 462	122 258	25 434	53 445	52 781	122 139	78 188	454 245	473 707
	Out	5 272	14 336	19 608	124 121	25 489	55 060	53 628	129 730	81 364	469 392	489 000
	Nov	5 166	14 283	19 449	124 866	25 615	56 853	55 135	132 414	79 281	474 164	493 614
	Dez	5 043	14 170	19 212	125 166	25 774	58 538	54 935	136 407	79 571	480 391	499 604
2005	Jan	5 001	14 140	19 141	125 558	25 941	58 582	55 444	140 486	81 426	487 437	506 578
	Fev	4 981	14 171	19 152	126 715	26 038	58 432	56 967	143 944	81 735	493 830	512 982
	Mar	5 021	14 546	19 568	127 037	26 184	59 002	57 324	148 825	83 682	502 054	521 622
	Abr	4 975	14 557	19 533	128 583	26 406	59 892	57 984	153 097	84 505	510 467	530 000
	Mai	5 045	14 407	19 452	128 741	26 538	59 927	58 022	158 893	82 360	514 482	533 934
	Jun	4 839	14 761	19 600	129 762	26 882	60 191	58 649	162 387	83 849	521 719	541 320
	Jul	4 811	15 169	19 980	131 841	27 165	59 001	58 925	166 024	85 882	528 839	548 819
	Ago*	4 766	15 378	20 143	132 929	27 492	58 448	59 674	171 843	87 318	537 704	557 847
	Set*	4 694	15 400	20 094	131 209	27 805	59 724	61 075	176 275	88 174	544 264	564 358
Out*	4 588	15 291	19 879	133 691	28 173	61 948	62 252	180 643	89 035	555 741	575 620	
Variação %												
No mês		-2,3	-0,7	-1,1	1,9	1,3	3,7	1,9	2,5	1,0	2,1	2,0
No trimestre		-4,6	0,8	-0,5	1,4	3,7	5,0	5,6	8,8	3,7	5,1	4,9
No ano		-9,0	7,9	3,5	6,8	9,3	5,8	13,3	32,4	11,9	15,7	15,2
Em 12 meses		-13,0	6,7	1,4	7,7	10,5	12,5	16,1	39,2	9,4	18,4	17,7

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Setorização definida de acordo com a Carta-Circular 2.903, de 23.3.2000.

2/ Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais em que os governos federal, estadual ou municipal detêm participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta-Circular 2.345, de 25.1.1993.

* Dados preliminares.

Dentre as operações de crédito pessoal, as operações consignadas em folha de pagamento merecem destaque, tendo apresentado um crescimento de 92% de outubro de 2004 a outubro de 2005 e representando cerca de 45% do total de crédito pessoal no mercado, atingindo um volume de R\$ 31,0 bilhões em março de 2005, sendo R\$ 26,9 bilhões destinados a funcionários públicos (dentre os quais incluem-se as operações para aposentados e pensionistas do INSS) e R\$ 4,1 bilhões destinados a funcionários privados. As taxas de juros cobradas pelas operações consignadas (média de 37% ao ano) são substancialmente mais baixas que as taxas das operações de crédito pessoal tradicionais (média de 70% ao ano).

Op. de crédito consignado em folha de pagamento1/												
R\$ milhões												
Período	Crédito consignado			Crédito pessoal4/	Participação do consignado no crédito pessoal (e=c/d)	Memo5/			Concessões	Taxas de juros % a.a.		
	Trabalhadores2/					Crédito consignado				Consig-nado	Outras	Média
	Públicos3/ (a)	Privados (b)	Total (c=a+b)			Públicos3/	Privados	Total				
2004 Jan	9 006	690	9 696	35 487	27,3	6 028	462	6 490	697	41,4	87,1	79,1
Fev	9 411	797	10 208	36 764	27,8	6 295	533	6 828	752	40,3	85,4	76,6
Mar	9 818	1 009	10 827	38 021	28,5	6 703	689	7 392	981	40,3	85,7	76,5
Abr	10 202	1 210	11 413	39 421	29,0	7 015	832	7 847	948	38,3	85,0	75,3
Mai	10 493	1 420	11 913	40 798	29,2	7 135	965	8 101	961	38,5	81,3	72,7
Jun	10 986	1 657	12 643	41 850	30,2	7 528	1 135	8 664	898	38,2	79,8	71,9
Jul	11 548	1 883	13 431	42 994	31,2	8 072	1 316	9 388	942	37,8	79,8	71,7
Ago	12 103	2 106	14 208	44 203	32,1	8 406	1 463	9 869	1 008	38,0	82,7	73,8
Set	12 739	2 274	15 012	45 560	33,0	8 913	1 591	10 504	1 178	38,5	84,9	73,9
Out	13 714	2 440	16 153	47 146	34,3	9 581	1 704	11 286	1 410	39,1	84,1	71,9
Nov	14 155	2 535	16 689	48 317	34,5	10 078	1 805	11 882	1 252	38,0	81,2	70,9
Dez	14 936	2 599	17 535	49 321	35,6	10 742	1 869	12 611	1 340	39,2	77,3	68,4
2005 Jan	16 277	2 671	18 948	50 870	37,2	11 183	1 835	13 017	1 754	39,1	85,1	71,2
Fev	17 557	2 786	20 343	53 476	38,0	12 115	1 923	14 038	1 779	38,9	84,4	70,0
Mar	19 159	2 920	22 080	56 322	39,2	13 489	2 056	15 545	2 218	38,6	82,9	68,7
Abr	20 594	3 109	23 703	58 801	40,3	14 444	2 181	16 625	2 116	38,4	83,8	68,7
Mai	22 008	3 297	25 305	60 911	41,5	15 566	2 332	17 897	2 152	37,5	85,8	69,9
Jun	22 701	3 453	26 154	62 037	42,2	16 347	2 486	18 833	2 189	37,5	84,6	68,6
Jul	24 024	3 651	27 674	63 989	43,2	17 112	2 600	19 712	1 933	37,4	84,6	69,4
Ago*	25 303	3 831	29 135	65 897	44,2	18 015	2 728	20 743	2 159	37,2	85,1	69,5
Set*	26 217	4 024	30 242	67 610	44,7	18 577	2 851	21 428	2 019	37,0	86,4	70,6
Out*	26 874	4 128	31 002	68 942	45,0	19 118	2 937	22 055	1 736	37,2	85,2	70,3
Variação %6/												
No mês	2,5	2,6	2,5	2,0	0,2	2,9	3,0	2,9	-14,0	0,2	-1,2	-0,3
No trimestre	11,9	13,1	12,0	7,7	1,7	11,7	12,9	11,9	-10,2	-0,2	0,6	0,9
No ano	79,9	58,9	76,8	39,8	9,4	78,0	57,1	74,9	29,6	-2,0	7,9	1,9

Em 12 meses	96,0	69,2	91,9	46,2	10,7	99,5	72,3	95,4	23,1	-1,9	1,1	-1,6
-------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	------

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Operações regulamentadas pela Medida Provisória 130, de 17.9.2003, convertida na Lei 10.820, de 17.12.2003.

2/ Últimas datas-base calculadas com base nos dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) e da pesquisa com treze das maiores instituições que operam com crédito pessoal. Inclui empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito.

3/ Inclui empréstimos para funcionários públicos ativos e inativos, e aposentados pelo INSS.

4/ Inclui empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito.

5/ Pesquisa com treze das maiores instituições que operam com crédito pessoal.

6/ Variação em p.p. para dados de participação de mercado e taxas de juros.

As operações de crédito consignado com desconto em folha para aposentados e pensionistas do INSS começaram há cerca de 2 anos. De acordo com dados do DATAPREV, o volume de empréstimos desembolsados até o início de dezembro de 2005 foi de R\$10,9 bilhões, e atingiu 4,3 milhões de aposentados e pensionistas. Note-se que hoje existem no Brasil 19 milhões de pensionistas e aposentados potenciais tomadores do empréstimo.

Informações relativas ao Banco BMG

A vocação do Banco BMG para atuação na área financeira tem origem na fundação do Banco de Crédito Predial, em 1930, na cidade mineira de Belo Horizonte, pela família Guimarães. Em 1936, com seu nome alterado para Banco de Minas Gerais, deu início à diversificação de suas atividades, por meio da participação ou criação de empresas de alto potencial de desenvolvimento.

Hoje, o Grupo BMG, que tem no Banco BMG o seu braço financeiro, está presente no mercado com empresas próprias nos setores imobiliário, industrial, agropecuário e de serviços.

O Banco BMG é o 31º maior banco em termos de ativos totais em 2004. Atua principalmente com operações de crédito consignado, sendo um dos bancos que mais operam nesse segmento. Dos ativos totais do Banco BMG (R\$2,9 bilhões), 67% correspondem a operações de crédito para pessoas físicas. Dos R\$1,9 bilhões em ativos de crédito, 85% são referentes a operações de crédito consignado.

No mercado de crédito consignado, o Banco BMG é líder de mercado e tido como referência pelos seus principais concorrentes. O Banco BMG detém aproximadamente 40% do mercado de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS. Desde o

início das atividades em referido mercado, o BMG fez até março de 2005 R\$1,983 bilhões em operações, de um total de R\$ 4,78 bilhões de operações feitas (Fonte - DATAPREV; Base Mar/05).

FATORES DE RISCO

A aplicação em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao Fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar uma decisão de investimento nas cotas.

Riscos de Mercado

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. Além disso, o preço de aquisição de tais direitos creditórios também é apurado com base em taxa prefixada, a qual é determinada utilizando-se a Taxa DI em vigor no Dia Útil anterior à cessão. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias efetivas dos DI, conforme previsto no item 16.3 do Regulamento. Portanto, se a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI), e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

A precificação dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado,

poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das cotas do Fundo.

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações no valor das cotas do Fundo.

Riscos de Crédito

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

Eventual inadimplência de direito creditório cedido ao Fundo será coberta com recursos que compõem o Fundo de Liquidez. Além disso, não havendo recursos suficientes no Fundo de Liquidez, o Cedente será acionado para recompra imediata do direito creditório inadimplido. Se não houver recursos suficientes no Fundo de Liquidez e se o Cedente não recomprar os direitos creditórios inadimplidos, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer sua rentabilidade ou levá-lo, até, a perda de patrimônio.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos benefícios dos Devedores. A inadimplência em relação aos direitos creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos, por exemplo em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou

em razão de falecimento do Devedor, ou ainda em razão de não pagamento dos benefícios. Ressalte-se que todos os créditos cedidos ao Fundo encontram-se amparados por seguro para cobertura de inadimplência decorrente de morte do respectivo Devedor. A fim de cobrir eventual inadimplência dos Devedores, o Fundo poderá (i) utilizar os recursos que compõem o Fundo de Liquidez; ou, não havendo recursos suficientes, (ii) acionar o Cedente para que recompre o direito creditório inadimplido. Caso os recursos que compõem o Fundo de Liquidez se esgotem e o Cedente não recompre os direitos creditórios inadimplidos, o Fundo deverá negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Na hipótese de a negociação e a cobrança se verificarem infrutíferas, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas cotas.

Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de concessão de empréstimo que originam os direitos creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em benefício. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao direito creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. Em face disso, pode ocorrer perda patrimonial para os investidores.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

Os empréstimos são pagos por meio de desconto em benefício realizado pelo INSS. Caso, por qualquer razão, o INSS atrase ou não pague os benefícios do Devedor, o Fundo não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios. Além disso, nessa hipótese, enquanto o INSS não voltar a pagar adequadamente os benefícios aos Aposentados e Pensionistas, sua capacidade de saldar os débitos também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Antes de os recursos serem direcionados para o Fundo, o INSS repassa tais recursos à CEF. Caso, por qualquer motivo, a CEF não repasse recursos dos direitos creditórios ao Fundo, a Instituição Administradora e o Gestor poderão (i) utilizar os recursos que

compõem o Fundo de Liquidez; ou, não havendo recursos suficientes, (ii) acionar o Cedente para que recompre o direito creditório cujo valor não foi repassado pela CEF. Caso não haja recursos suficientes no Fundo de Liquidez e o Cedente não recompre os créditos, o Fundo terá que cobrar tais recursos da CEF, o que poderá causar atraso no seu recebimento, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Riscos de Liquidez

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em direitos creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos direitos creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas cotas no mercado secundário. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das cotas.

As cotas do Fundo serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 17 do Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como amortização compulsória de cotas. Assim, há a

possibilidade de os titulares de cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

Será constituída Reserva de Liquidez (item 9.4.1 do Regulamento). No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Liquidez, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de direitos creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento, pelo Fundo, de amortizações, resgates ou despesas.

Será constituída Reserva de Pagamento (item 18 do Regulamento), destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de direitos creditórios. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Isso ocorreria por exemplo em caso de súbita elevação substancial das Taxas DI, o que faria com que houvesse um aumento substancial do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 24 do Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo pelo fato de os direitos creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas cotas resgatadas em direitos creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos direitos creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos direitos creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Os documentos relativos aos direitos creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá demorar mais do que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitório ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos direitos creditórios discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos direitos creditórios pode se delongar, ou ser inviabilizado, caso o fiel depositário referido no item 7.3.1 do Regulamento demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade do Devedor. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente, seja em razão de divórcio ou dissolução de união estável, seja ainda por atingir a idade de 21 (vinte e um) anos. Igualmente, os pagamentos dos direitos creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir ao INSS valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que essas hipóteses têm preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em benefício. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo benefício e por consequência a consignação das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Ressalte-se apenas que todos os créditos cedidos ao Fundo encontram-se amparados por seguro para cobertura de inadimplência decorrente de morte do respectivo Devedor. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso de o Devedor titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. A fim de cobrir a inadimplência dos Devedores, o Fundo poderá (i) utilizar os recursos que compõem o Fundo de Liquidez; ou, não havendo recursos suficientes, (ii) acionar o Cedente para recompre o direito

creditório inadimplido. Caso os recursos que compõem o Fundo de Liquidez se esgotem e o Cedente não recompre os direitos creditórios inadimplidos, o Fundo deverá negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Na hipótese de a negociação e a cobrança se verificarem infrutíferas, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas cotas.

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse à CEF, para posterior transferência ao Fundo, são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. No entanto, nem o Agente de Cobrança, o Custodiante ou a Instituição Administradora têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderia atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados. Ademais, poderia até, eventualmente, ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrigisse os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio poderia ser prejudicado.

A cobrança dos direitos creditórios depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança poderia acarretar o recebimento de menos recursos que os devidos pelos Devedores. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

A CEF deverá transferir ao Fundo os recursos relativos aos direitos creditórios, após recebê-los do INSS (veja o Anexo IV do Regulamento). O repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos da CEF. Nesta hipótese, pode até ser necessária a via judicial para se obterem os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida.

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre o Cedente e o INSS. O convênio pode ser rescindido unilateralmente, a

qualquer momento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Se por qualquer motivo o convênio for rompido, os contratos de empréstimo a Aposentados e Pensionistas celebrados posteriormente à ruptura do convênio deverão prever nova sistemática de pagamento. Essa nova sistemática de pagamento poderá não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação, o que poderia, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Ressalte-se que a ruptura do convênio somente será relevante caso ocorra no prazo de 6 meses a contar da Data de Subscrição Inicial, vez que após esse período não mais serão adquiridos direitos creditórios pelo Fundo.

Os direitos creditórios cedidos ao Fundo são pagos por meio de desconto em benefício dos Aposentados ou Pensionistas. A sistemática de desconto em benefício pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, a sistemática de desconto em benefício for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios.

Nos termos do item 7.2.1 do Regulamento, a verificação pelo Custodiante da documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios será realizada por amostragem. Assim, a carteira do Fundo poderá eventualmente conter direitos creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativos a tais direitos creditórios cujos documentos apresentem irregularidades.

Riscos de Descontinuidade

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no item 24 do Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus cotistas, decorrentes por exemplo de desvalorização de seus ativos relacionada a conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de

recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo pelo fato de os direitos creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas cotas resgatadas em direitos creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos direitos creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos direitos creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

O Fundo deve observar a Alocação Mínima (item 9.2 do Regulamento). Entretanto, não há garantia de que o Banco BMG conseguirá originar e/ou ceder direitos creditórios suficientes para fazerem frente a tal exigência da Alocação Mínima. Exemplo de tal situação é a condição no Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Caixa Econômica Federal, em que esta deverá, previamente à aquisição dos direitos creditórios pelo Fundo, atestar por escrito que não é titular dos direitos creditórios. Ressalte-se que o Fundo adquirirá a totalidade dos direitos creditórios que irão compor sua carteira no prazo de 6 meses a contar da Data de Subscrição Inicial. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção, durante os referidos 6 meses, dos fluxos de originação e de cessão de direitos creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores (item 17.3 do Regulamento).

Riscos da Originadora

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de contratos de concessão de empréstimo a Aposentados e Pensionistas, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item 9 do Regulamento. Ressalte-se que o Fundo adquirirá a totalidade dos direitos creditórios que irão compor sua carteira no prazo de 6 meses a contar da Data de Subscrição Inicial. Na hipótese de, durante os referidos 6 meses, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem direitos creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os critérios de elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, conforme descrito no item 24 do Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória (item 17.3 do Regulamento). Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo

consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de direitos creditórios elegíveis.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em benefício, realizado pelo INSS. Tal sistemática é autorizada por lei, e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo por exemplo novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que tornem os respectivos direitos creditórios elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de direitos creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo. Ressalte-se que o Fundo adquirirá a totalidade dos direitos creditórios que irão compor sua carteira no prazo de 6 meses a contar da Data de Subscrição Inicial.

Os direitos creditórios cedidos ao Fundo são originados de contratos celebrados entre o Banco BMG e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos direitos creditórios do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais direitos creditórios pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Outros Riscos

Com relação ao Cedente, a cessão de direitos creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência;
- ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os direitos creditórios cedidos ao Fundo penda demanda judicial fundada em direito real; e

- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

O Fundo aplicará em direitos creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Aposentados e Pensionistas. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (direitos creditórios). A possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento.

O Fundo adquirirá direitos creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de consignação em benefício previdenciário. O Fundo poderá eventual e involuntariamente acabar adquirindo direitos creditórios relacionados a empréstimos decorrentes de operações em que pessoas tenham agido fraudulentamente, identificando-se elas falsamente para obter empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Aposentados ou Pensionistas que não teriam conhecimento da celebração do empréstimo), mas levantando em benefício próprio os recursos liberados pelo banco. Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderia exigir o pagamento dos empréstimos por parte dos Aposentados e Pensionistas lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago pelos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente poderia demorar a ocorrer, ou, até, o Cedente poderia não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A Política de Investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Instituição Administradora.

A Instituição Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos no capítulo “Fatores de Risco” do presente Prospecto) e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo cotista.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral de Cotistas. As cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 15 do Regulamento.

A emissão de cotas do Fundo obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

As cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas pelo condômino, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Autorizado, se for o caso.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As cotas do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As cotas do Fundo serão colocadas pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Somente poderão adquirir as cotas do Fundo os Investidores Autorizados.

A integralização de cotas do Fundo pode ser efetuada por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. A amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de cotas do Fundo em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 24 do Regulamento. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em direitos creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

As Cotas do Fundo poderão ser negociadas exclusivamente em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

O prazo para efetivação de resgate das cotas do Fundo será o do item 3.1 do Regulamento.

Primeira Emissão

Na primeira emissão de cotas do Fundo (“Primeira Emissão”), serão emitidas cotas com valor de R\$1,00 (um real) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de cotas objeto da Primeira Emissão, desde que observados:

- i) o limite máximo de 80.000.000 (oitenta milhões) de Cotas Seniores, e o mínimo de 16.000.000 (dezesseis milhões) de Cotas Seniores; e
- ii) o limite máximo de 20.000.000 (vinte milhões) de Cotas Subordinadas, e o mínimo de 4.000.000 (quatro milhões) de Cotas Subordinadas; e
- iii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados *pro-forma* considerando a Primeira Emissão deve respeitar, na Data de

Subscrição Inicial, a Razão Mínima.

As cotas objeto da Primeira Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de cotas da Primeira Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

A Primeira Emissão se encerrará no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, incisos I a VIII, da Instrução nº 356/01, da CVM.

Novas Emissões

Fica a critério da Instituição Administradora a deliberação relativa a novas emissões e conseqüentes distribuições de cotas de qualquer classe (“Novas Emissões”), observados:

- i) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados *pro-forma* considerando a Nova Emissão deve respeitar, na data da respectiva subscrição, a Razão Mínima;
- ii) o limite máximo de 500.000.000 (quinhentos milhões) de Cotas Seniores.

As cotas relativas às Novas Emissões terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais cotas de mesma classe.

Na emissão e distribuição de cotas relativas às Novas Emissões deve ser utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

Os titulares de cotas do Fundo terão direito de preferência na subscrição de cotas de mesma classe relativas a Novas Emissões, na proporção de suas cotas sobre o total emitido da respectiva classe.

Os cotistas que desejem subscrever novas cotas deverão manifestar sua intenção à Instituição Administradora em até 1 (um) Dia Útil após a publicação do anúncio de início de distribuição de cotas relativas à Nova Emissão, especificando a quantidade desejada e devendo subscrever as cotas no prazo máximo de 4 (quatro) Dias Úteis contados da publicação do anúncio. O disposto acima se aplica inclusive a cotistas que mantenham suas Cotas custodiadas junto a outra entidade que não o Custodiante.

Caso seja dispensada a publicação de anúncio de início de distribuição de cotas em relação a uma Nova Emissão, os cotistas deverão ser informados do início da distribuição de tais cotas, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, enviada no máximo até 2 (dois) dias antes da data de início da distribuição. Nesta hipótese, os prazos referidos no item anterior serão contados a partir da data de recebimento da comunicação.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das cotas do Fundo.

Classes de Cotas

As cotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas.

Todas as cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 21 do Regulamento.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e apuração do resultado da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e apuração do resultado da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A apuração do resultado e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento.

Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 125% (cento e vinte e cinco por cento) (“Razão Mínima”). Essa relação deve ser apurada todo Dia Útil e informada aos cotistas periodicamente, nos termos do item 22.5 do Regulamento.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, as Cotas Seniores serão objeto de Amortização Compulsória, observado o procedimento previsto no item 17.3 do Regulamento.

APURAÇÃO DO RESULTADO DA CARTEIRA DO FUNDO

As Cotas do Fundo, independentemente da classe, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a apuração do resultado da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira apuração de resultado ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

A apuração de resultado da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de apuração do resultado da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à Taxa DI, acrescida de 2% (dois por cento) (na forma do item 16.3 do Regulamento e calculada conforme o Anexo V do Regulamento), no respectivo período; e
- ii) após a apuração do resultado acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro as Taxas DI, e consta do Anexo V do Regulamento.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco”, seções “Riscos de Mercado”, “Riscos de Crédito” e “Riscos de Liquidez”.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização das Cotas Seniores

A partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês (“Datas de Amortização das Cotas Seniores”). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido (“ $A_{principal}$ ”), acrescida do respectivo rendimento (“ A_{juros} ”) para cada cota. O valor referente ao pagamento das Cotas Seniores será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT_{senior} = A_{principal} + A_{juros} \text{ onde:}$$

PMT_{senior} é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial;

$A_{principal}$ é o valor de amortização do principal de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, calculado conforme a fórmula abaixo;

$$A_{PRINCIPAL_n} = FP_{fundo} \times 80\% + A_{COMPULSÓRIA}$$

onde:

FP_{fundo} é a somatória do fluxo previsto mensal a valor presente na data de aquisição de cada carteira de direitos creditórios adquirida, não se considerando, para este fim, perdas de quaisquer natureza;

$A_{compulsória}$ é a amortização compulsória de cotas, conforme o item 17.3;

A_{juros} é o valor do pagamento da remuneração de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, calculado conforme a fórmula abaixo;

$$A_{Juros} = ((A_{PRINCIPAL} + A_{COMPULSÓRIA}) \times (1 + FM)) - (A_{PRINCIPAL} + A_{COMPULSÓRIA})$$

onde:

FM é o Fator Multiplicador, conforme definido no Anexo I.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que não seja Dia Útil, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro Dia Útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral de Cotistas, observado o item 21.2.1 do Regulamento.

Amortização das Cotas Subordinadas

A partir do 7º (sétimo) mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos e seja observada a Razão Mínima (item 15.3.1 do Regulamento), as Cotas Subordinadas também serão amortizadas, parcialmente, em 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos. As amortizações das Cotas Subordinadas ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 20 (vinte) de cada mês (“Datas de Amortização de Cotas Subordinadas”). O valor referente à amortização das Cotas Subordinadas também será calculado em função do Fluxo Teórico, de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT_{subordinada} = FT - PMT_{senior}$$

onde:

$PMT_{subordinada}$ é o valor de amortização de cada Cota Subordinada a ser efetuada, desde que observada a Razão Mínima (item 15.3.1 do Regulamento), em cada mês a partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e até o 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive;

FT é o Fluxo Teórico, correspondente ao valor mensal das carteiras, a valor futuro, na data de aquisição; e

PMT_{senior} é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 7º (sétimo) mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Subordinadas coincidir com dia que não seja Dia Útil, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro Dia Útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso (i) em decorrência direta da sua concretização, calculada *pro forma* pela fórmula do item 17.2 do Regulamento, ocorra a inobservância da Razão Mínima; e/ou (ii) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto no parágrafo anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas programadas, desde que observada a Razão Mínima ao tempo de cada amortização.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral de condôminos, observado o disposto no item 21.2.1 do Regulamento.

Amortização Compulsória

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores (“Amortização Compulsória”), exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em direitos creditórios estabelecida no item 9 do Regulamento. As Cotas Subordinadas também serão objeto de Amortização Compulsória, proporcionalmente à Amortização

Compulsória das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima.

Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral de Cotistas.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos parágrafos anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 17.1 do Regulamento, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas cotas.

O previsto acima não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores (“Reserva de Pagamento”), adicionalmente à Reserva de Liquidez (item 9.4.1 do Regulamento). Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos direitos creditórios, se for o caso, de modo que a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos direitos creditórios, se for o caso.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos direitos creditórios, se for o caso, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 24.2 “xiv” do Regulamento, se o caso.

Quando da execução dos procedimentos ora definidos, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos ora descritos não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser por ela perseguido.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas do Fundo.

As Cotas poderão ser negociadas exclusivamente no (i) Mercado de Balcão Organizado (SOMA), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa; (ii) no mercado de balcão organizado de renda fixa da Bovespa (Bovespafix); e (iii) na CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das cotas.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de cotas do Fundo em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 24 do Regulamento. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em direitos creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

O prazo para efetivação de resgate das cotas do Fundo será o do item 3.1 do Regulamento. Se o resgate for efetivado em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) cotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS

Pela administração do Fundo, a Instituição Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a 1,20% (um vírgula vinte por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, e paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A taxa de administração devida à Instituição Administradora será calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de “1/252” (um duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima. A fórmula correspondente segue abaixo:

$$TA = \left(\frac{1,20}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil; e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 20 do Regulamento, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

A título de remuneração pelo resultado da gestão da carteira do Fundo, o Gestor receberá taxa de performance correspondente a 20% (vinte por cento) do rendimento das Cotas Subordinadas que exceder 100% (cem por cento) da variação das Taxas DI.

A taxa de performance será calculada semestralmente e paga até o 5º (quinto) Dia

Útil a contar da data do encerramento do respectivo semestre.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Instituição Administradora

Histórico e Atividades

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Instituição Administradora foi constituída em dezembro de 1997 como uma *joint venture* entre a Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan, para gerir recursos de terceiros no Brasil. A evolução do *portfolio* de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade.

A Instituição Administradora é atualmente subsidiária integral da Mellon Financial Corporation, que atua em quatro linhas de negócios: *asset management*, *asset allocation*, *asset servicing* e *corporate governance*.

A atividade de *asset servicing* é exercida pela Instituição Administradora, que presta serviços financeiros para gestores independentes e clientes institucionais e corporativos. Os serviços de controladoria, representação legal, risco e *compliance* são prestados para mais de 420 fundos de investimento, somando R\$23 bilhões, e zelam pela boa aplicação dos recursos respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos e a integração com a política de investimentos própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem

amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integrem a carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, a expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos condôminos;
 - c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - d) o livro de presença de condôminos;
 - e) o presente Prospecto;
 - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - h) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao condômino, mediante recibo, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

- v) divulgar, na periodicidade prevista no item 22.5 do Regulamento, no periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas, nos termos do item 15.3.1 do Regulamento, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, em especial as discriminadas no item 22 do Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança, requerer o imediato direcionamento de eventuais recursos provenientes de tais direitos creditórios para conta de depósito de titularidade do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os itens “i” a “iii” acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender cotas do Fundo a prestação;

- vii) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto no item 7 do Regulamento;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” acima.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM, e do item 21 do Regulamento.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de que trata o parágrafo acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Caso a nova instituição administradora não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos estabelecido acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º (vigésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral que nomear a nova instituição administradora.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Contratação de Terceiros

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

Gestor

Histórico e Atividades

Para realização da gestão dos ativos da carteira do Fundo, a Instituição Administradora contratou a GP Investimentos Imobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 7º andar, inscrita no CNPJ sob nº 03.539.353/0001-52.

A GP Investimentos Imobiliários S.A. foi criada em 2003, através da associação da GP Investimentos com um grupo de profissionais especializados no setor financeiro-imobiliário. Os profissionais deste grupo têm ampla experiência, no Brasil e no exterior, em estruturação e investimentos através dos mais diversos veículos para financiamento ao setor imobiliário.

Em 6 de novembro de 2003, a CVM concedeu à GP Investimentos Imobiliários S.A. o credenciamento de administrador de carteiras de valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 7478 (05/11/2003).

Atualmente a GP Investimentos Imobiliários S.A. é gestora do GP Aetatis II – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Imobiliários, que possui como objetivo a aquisição de direitos creditórios originários de operações realizadas preponderantemente no segmento imobiliário. Também atua como instituição administradora do GP Desenvolvimento Fundo de Investimento em Participações, que possui como objetivo a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas que exerçam atividades relacionadas ao setor imobiliário em geral, tais como incorporação imobiliária, administração imobiliária, corretagem imobiliária, securitização de créditos imobiliários e construção residencial, e que desenvolvam, direta ou indiretamente, empreendimentos imobiliários residenciais destinados a venda.

Substituição

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Custodiante e Escriturador de Cotas

Histórico e Atividades

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Instituição Administradora contratou o Banco Itaú S.A. (“Banco Itaú” ou “Custodiante”), instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04.

O Banco Itaú presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$987 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de outubro de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Responsabilidades

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras;

- ii) validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios referida acima será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, por amostragem, nos direitos creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos créditos, sendo no entanto responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Substituição

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Fiel Depositário e Agente de Cobrança

O Banco BMG foi contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da

documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente cobrador de tais direitos creditórios, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento.

A descrição dos procedimentos de cobrança a serem adotados pelo Banco BMG consta do item “Cobrança dos Direitos Creditórios” do capítulo “Política de Investimento” acima.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Instituição Intermediária

As Cotas do Fundo serão colocadas pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

Auditor

Como auditor independente do Fundo, foi contratada a KPMG Auditores Independentes S/C Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG, abreviação dos nomes de seus principais fundadores, nasceu da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente se tornou Peat Marwick International (PMI), com atuação desde 1915; a Klynveld Main Goerdeler, presente no País desde 1982; e a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

A KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com aproximadamente 1.300 funcionários.

Além das demais atribuições, o Auditor realizará, como contratado da Instituição Administradora, trimestralmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes do sistema da DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas a cada um dos direitos creditórios de titularidade do Fundo: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (ii) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (iii) o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (iv) valor das parcelas a receber relativas aos meses de referência da verificação.

O relatório do Auditor referido no item anterior:

- i) seguirá o modelo constante do Anexo VII ao Regulamento; e
- ii) será enviado por meio eletrônico para a Instituição Administradora, o Gestor e Custodiante, devendo a referida base de dados ser implementada pelo Custodiante em até 2 (dois) Dias Úteis a contar de seu recebimento.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores a Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0002-20.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

O Banco Itaú Holding Financeira S.A. (controlador do Banco Itaú S.A.) celebrou, em dezembro de 2004, acordo de cooperação com o Banco BMG, por meio do qual, dentre outras avenças visando ao estreitamento do relacionamento comercial de ambas as instituições, o Banco BMG se comprometeu a oferecer créditos ao Banco Itaú, para fins de cessão. As duas instituições financeiras celebraram, em decorrência de tal acordo de cooperação, diversos contratos de cessão de créditos.

O Custodiante presta serviços de custódia e escrituração a outros fundos de investimento que aplicam seus recursos em direitos creditórios cedidos pelo Banco BMG. Ressalte-se que referidos fundos de investimento são administrados pela BMG Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que é controlada pelo Banco BMG, ou pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que integra o conglomerado do qual faz parte o Custodiante.

A Instituição Administradora e o Gestor, até a data deste prospecto, não prestam nenhum serviço ou mantêm relacionamento comercial com o Banco BMG além daqueles descritos neste prospecto.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia, a ser formalizado entre a Instituição Administradora, o Custodiante e o Banco BMG, terá por objeto a prestação, pelo Custodiante à Instituição Administradora, dos serviços de custódia, controladoria e controle relativos aos Créditos, valores mobiliários e ativos financeiros pertencentes ao Fundo (“Ativos”). Ao realizar os serviços de controladoria, custódia e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante deverá, dentre outras atribuições:

- i) providenciar abertura e movimentação, no Custodiante, de Contas Correntes e de Contas de Custódia em nome do Fundo;
- ii) efetuar o recebimento de recursos, quando da emissão ou integralização de cotas, depositados diretamente nas Contas Correntes do Fundo;
- iii) manter atualizados e em perfeita ordem: (a) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; (b) a documentação relativa às operações do Fundo, que ficará com o Custodiante até que seja auditada, quando será encaminhada à Instituição Administradora, juntamente com o parecer da auditoria; (c) os balanços e demonstrativos exigidos pela lei;
- iv) informar à Instituição Administradora, diariamente, até às 10:00 horas, o valor dos Ativos, discriminando o valor atualizado e composição da carteira do Fundo, contendo quantidade, espécie e cotação dos Ativos que a integram, com os respectivos valores a pagar e receber e o valor de cada aplicação;
- v) divulgar periodicamente ao mercado, à CVM e à Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID o valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo e, mensalmente, a rentabilidade auferida no período;
- vi) remeter à Instituição Administradora e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que sejam ou venham a ser exigidos, as seguintes informações: (a) o valor líquido das cotas seniores e

- subordinadas; (b) o patrimônio líquido e a relação das emissões, amortizações e resgates de cotas do Fundo efetuadas no mês; e (c) demonstrações financeiras do Fundo com os demonstrativos da composição e diversificação da carteira;
- vii) efetuar a liquidação física e financeira de todas as operações do Fundo;
 - viii) manter custodiados junto à CETIP e SELIC, conforme o caso, os Ativos do Fundo, observado que: (a) somente poderão ser acatadas pelo Custodiante as ordens enviadas pela Instituição Administradora, ou por seu(s) representante(s) legal(is), ou por mandatário(s), devidamente credenciado(s); e (b) o Custodiante está proibido de executar ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações de administração da carteira do Fundo;
 - ix) assinar declarações, certificados ou outros documentos relativos à propriedade, imposto de renda, ganhos de capital ou qualquer outro tributo referente aos Ativos e recursos relacionados ao Fundo;
 - x) cobrar e receber pagamentos, resgates de títulos ou qualquer renda relativos aos Ativos, depositando os valores recebidos na respectiva Conta Corrente;
 - xi) debitar da respectiva Conta Corrente os valores correspondentes às despesas realizadas para escriturar, controlar e custodiar os Ativos e valores sob responsabilidade do Custodiante, de acordo com o Contrato de Custódia ou com as instruções recebidas;
 - xii) efetuar, por conta da Instituição Administradora ou do Fundo, o pagamento de tributos, taxas de administração e supervisão, honorários de agentes e outros profissionais especialmente contratados, despesas de distribuição e operacionais necessárias ao cumprimento do Contrato de Custódia;
 - xiii) informar à Instituição Administradora o teor de toda notificação ou informação referente aos Ativos que tenha sido endereçada ao Custodiante;
 - xiv) manter em arquivo a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação do Fundo pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Instituição Administradora, que ocorrerá no máximo a cada ano;

- xv) dar cumprimento às instruções específicas remetidas pela Instituição Administradora ao Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia;
- xvi) dar cumprimento à lista de “Normas e Responsabilidades Operacionais” que faz parte do Contrato de Custódia como seu Anexo III;
- xvii) verificar e validar os Créditos que compõem ou que venham a compor a carteira do Fundo, em relação aos critérios de elegibilidade, conforme previsto no Regulamento;
- xviii) realizar, por conta e ordem da Instituição Administradora, o pagamento ao Banco BMG, do preço de aquisição dos Créditos;
- xix) divulgar à Instituição Administradora por meio do *site* www.itaucustodia.com.br a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Subordinadas do Fundo;
- xx) efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto de Renda – IR e/ou do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, conforme legislação vigente; e
- xxi) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos documentos comprobatórios dos empréstimos concedidos pelo Cedente aos Devedores, de forma a verificar o lastro dos direitos de crédito, a regularidade dos referidos documentos comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização desses documentos comprobatórios.

Ao realizar os serviços de controladoria, custódia, e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante observará o que segue:

- i) os registros das Contas de Custódia e das Contas Correntes indicarão de modo separado e, na medida do possível segregado, os Ativos e recursos financeiros pertencentes ao Fundo;

- ii) os Ativos e recursos financeiros do Fundo deverão estar sempre segregados dos valores mobiliários e recursos financeiros pertencentes ao próprio Custodiante ou a outros clientes deste;
- iii) o Custodiante enviará diariamente à Instituição Administradora, por meio eletrônico, arquivos e relatórios discriminando os Ativos mantidos nas Contas de Custódia e os recursos movimentados nas Contas Correntes;
- iv) o Custodiante colocará à disposição da Instituição Administradora, por meio eletrônico, relatório diário contendo informações referentes à base de dados do Fundo; e
- v) a abertura, administração e movimentação das Contas Correntes e de Custódia obedecerão às leis, normas, costumes, práticas e procedimentos adotados no Brasil.

O Banco BMG será contratado pelo Custodiante para a prestação dos serviços de: (i) fiel depositário de todos os documentos relativos aos Créditos; e (ii) agente cobrador dos Créditos inadimplidos, não cobertos com recursos do Fundo de Liquidez e não recomprados pelo Cedente. O Banco BMG assumirá todas as responsabilidades pelo desempenho de suas atividades como fiel depositário e agente cobrador.

Por fim, o Contrato de Custódia tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo.

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, a ser celebrado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Custodiante e o Gestor como intervenientes, o Cedente cederá e transferirá Créditos ao Fundo, incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que o representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

O preço de cessão dos Créditos será calculado de acordo com a fórmula especificada em seu item 2.1.

O Cedente poderá ceder ao Fundo quaisquer Créditos, durante os primeiros 6 (seis) meses de duração do Fundo, devendo ser observado o seguinte procedimento, bem como o

disposto no item 4.1 do Contrato de Cessão:

- i) durante os primeiros 6 (seis) meses de duração do Fundo, a Instituição Administradora ou o Gestor solicitarão ao Cedente que ceda Créditos ao Fundo, informando o volume de recursos do Fundo que serão utilizados para pagamento da referida cessão;
- ii) o Cedente enviará à Instituição Administradora, que por sua vez encaminhará ao Custodiante, arquivo eletrônico contendo informações sobre os Créditos que deseja ceder ao Fundo (“Lista de Créditos”), juntamente com (a) cópia da correspondência da Caixa Econômica Federal declarando que tais Créditos não são de sua titularidade, e que os valores a eles relativos serão transferidos diretamente para conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada; e (b) cópia do relatório a ser elaborado pela KPMG Auditores Independentes nos termos do item 10.1(i) do Regulamento; o envio do arquivo eletrônico caracterizará oferta, irrevogável e irretratável, de cessão dos Créditos pelo Cedente ao Fundo; e
- iii) após o recebimento do arquivo eletrônico e verificação de quais Créditos atendem aos critérios de elegibilidade estabelecidos no item 10 do Regulamento (“Critérios de Elegibilidade”), o Custodiante deixará à disposição do Cedente e da Instituição Administradora, por meio do site www.itaucustodia.com.br, relatório contendo a relação dos Créditos objeto de aquisição pelo Fundo, individualmente identificados, e seu respectivo preço de aquisição (“Relatório do Itaú”); a disponibilização do Relatório do Itaú ao Cedente e à Instituição Administradora caracterizará a aquisição, irrevogável e irretratável, dos Créditos pelo Fundo.

A cessão de Créditos será formalizada por meio da assinatura, pelas partes do Contrato de Cessão, de instrumento que descreva os Créditos bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo indicado no Anexo III, que constitui parte integrante do presente Contrato (“Termo de Cessão”). O Termo de Cessão deverá ter como anexos (i) a respectiva Lista de Créditos, impressa; (ii) o pertinente Relatório do Itaú, impresso; e (iii) o respectivo relatório da KPMG Auditores Independentes, impresso, elaborado nos termos do item 10.1(i) do Regulamento.

Uma vez celebrado o Termo de Cessão, este e seus anexos serão considerados parte integrante do Contrato de Cessão, e o Fundo pagará ao Cedente o valor dos Créditos.

Os montantes referentes à contraprestação pelos Créditos cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente de sua titularidade, a ser indicada, (a) no próprio dia útil do recebimento da via original devidamente assinada do respectivo Termo de Cessão, quando entregue pessoalmente ao Fundo, até às 16:00 hs.; caso o recebimento ocorra após referido horário, o pagamento ocorrerá no Dia Útil seguinte; (b) no próprio Dia Útil em que se encerrar o prazo de 5 (cinco) dias contados da postagem de carta com aviso de recebimento ao Fundo, contendo via original devidamente assinada do respectivo Termo de Cessão, e desde que o Fundo haja sido avisado do envio; ou (c) no próprio Dia Útil do recebimento de fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão assinado, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, e desde que o recebimento ocorra até às 16:00 hs.; caso o recebimento ocorra após referido horário, o pagamento ocorrerá no Dia Útil seguinte.

A cada cessão de Créditos ao Fundo, 5% (cinco por cento) do montante devido ao Cedente serão retidos e destinados à composição do Fundo de Liquidez, a ser utilizado pela Instituição Administradora e pelo Gestor com o fim exclusivo de cobrir eventual inadimplência relacionada aos Créditos cedidos ao Fundo. Os recursos que compõem o Fundo de Liquidez serão utilizados caso o Fundo não receba valores relativos a direitos creditórios a ele cedidos por qualquer motivo, não se restringindo à inadimplência por parte dos Devedores.

Os recursos que compõem o Fundo de Liquidez serão integralmente aplicados em títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social. Os valores eventualmente acrescidos aos recursos que compõem o Fundo de Liquidez, em razão do rendimento das referidas aplicações, passarão a integrar o Fundo de Liquidez. Na hipótese de utilização de recursos que compõem o Fundo de Liquidez, o Cedente ficará sub-rogado em todos os direitos do Fundo em relação aos respectivos créditos inadimplidos.

O Cedente será responsável pela recompra imediata dos Créditos inadimplidos, caso os recursos que compõem o Fundo de Liquidez não sejam suficientes para cobrir a inadimplência. A Instituição Administradora ou Gestor deverão acionar o Cedente para que este recompre os Créditos inadimplidos pelo valor que deveria ter sido recebido pelo Fundo. Após a recompra, o Cedente ficará sub-rogado em todos os direitos do Fundo em relação aos Créditos inadimplidos.

A obrigação de recompra abrange qualquer hipótese em que, após a utilização do Fundo de Liquidez, o Fundo não receba valores relativos a direitos creditórios a ele cedidos, não se restringindo à inadimplência por parte dos Devedores.

O Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das cotas seniores do Fundo (“Cotas Seniores”) a:

- i) não tomar a iniciativa de alterar o convênio celebrado com o INSS e informar imediatamente à Instituição Administradora (a) de qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida do INSS relacionada à manutenção do convênio e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo Cedente; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos de tal convênio; e (c) qualquer alteração ao convênio por iniciativa do INSS;
- ii) cumprir seus deveres legais e contratuais que são requisitos para que o desconto em benefício continue sendo efetuado;
- iii) não realizar qualquer ato ou procedimento com o intuito de fazer com que o INSS credite valores relativos aos Créditos cedidos ao Fundo em contas correntes diversas das indicadas no Convênio/INSS (incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes);
- iv) não pedir ou autorizar o cancelamento do desconto em benefício relativo aos contratos de empréstimo cujos respectivos Créditos sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos;
- v) enviar correspondência à CEF, anexando arquivo eletrônico contendo a Lista de Créditos, e solicitando que esta emita declaração escrita de que os Créditos não são de sua titularidade, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre o Banco BMG, o Fundo e a CEF;
- vi) enviar simultaneamente à Instituição Administradora todas as correspondências trocadas entre BMG e CEF relativas a assuntos de interesse do Fundo; e
- vii) tomar todas as providências necessárias para assegurar que os recursos oriundos do pagamento dos Créditos não sejam ou permaneçam retidos pela CEF, em nenhuma

circunstância, dando sempre ciência à Instituição Administradora de tais providências.

- viii) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir (a) o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato de Cessão; e/ou (b) as cessões de Créditos;
- ix) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- x) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- xi) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- xii) enviar aos INSS todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos do convênio celebrado com o INSS, incluindo aquelas necessárias ao desconto em benefício;
- xiii) informar mensalmente à Instituição Administradora, por meio eletrônico, os respectivos valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do CMN;
- xiv) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora qualquer atraso no repasse, pelo INSS, de recursos consignados em folha de benefícios em razão de contratos de empréstimo;
- xv) enviar à Instituição Administradora as informações a serem por esta encaminhadas à Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil, nos termos previstos pela legislação aplicável, acerca dos Créditos adquiridos do Cedente pelo Fundo;

- xvi) enviar os Termos de Cessão à Caixa Econômica Federal, no dia útil seguinte ao pagamento da respectiva cessão;
- xvii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer alteração nos procedimentos de cobrança e transferência de recursos em vigor na data do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando, aos procedimentos operacionais com a Caixa Econômica Federal; e
- xviii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos abaixo.

São considerados eventos de revisão (“Eventos de Revisão”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) modificação do controle acionário do Cedente;
- ii) caso o convênio celebrado com o INSS ou as autorizações específicas permitindo o desconto em benefício sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos;
- iii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 10.1 do Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das cotas;
- iv) comprovação de que o Cedente tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo Créditos em desacordo com os critérios definidos no item 4.1 do Contrato de Cessão;
- v) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das cotas;
- vi) caso o Cedente, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo

valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

- vii) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- viii) caso o Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;
- ix) caso seja ajuizada contra o Cedente, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- x) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- xi) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Créditos de titularidade do Cedente; ou
- xii) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no item 24.2.1 e seguintes do Regulamento.

São considerados eventos de resilição quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) realização, pelo Cedente, de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 4.7 do Contrato de Cessão sem a expressa autorização prévia, por escrito, do Fundo, ressalvadas as hipóteses do item 4.7.1 do Contrato de Cessão;
- ii) ocorrência de qualquer evento de liquidação antecipada, previsto na cláusula 24 do Regulamento;
- iii) caso os titulares das cotas decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 24.2 do Regulamento, constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo; ou
- iv) caso não existam mais cotas em circulação.

Na ocorrência de quaisquer dos eventos de resilição, o Contrato de Cessão poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, observados os procedimentos previstos no Regulamento.

É vedada a resilição imotivada do Contrato de Cessão pelo Fundo. Contudo, o Contrato de Cessão poderá ser resilido de pleno direito pelo Cedente, a seu exclusivo critério, na hipótese de inadimplemento pelo Fundo de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato de Cessão, não sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação, por escrito, do Cedente.

Por fim, o Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

O Contrato de Cessão é reproduzido no Anexo III ao presente prospecto. Recomenda-se, ainda, a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco”, seção “Riscos Específicos”, subseções “Riscos Operacionais”, “Riscos de Descontinuidade” e “Riscos da Originadora”; e seção “Outros” do presente prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços

O Cedente, o Fundo e a Caixa Econômica Federal firmarão contrato de prestação de serviços em que ficará estabelecido que, previamente à cada cessão de Créditos, o Cedente enviará à CEF arquivo eletrônico contendo a relação de créditos que deseja ceder ao Fundo.

A CEF, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, deverá verificar se os créditos relacionados no referido arquivo eletrônico não foram anteriormente cedidos à CEF. Esse procedimento tem o objetivo de evitar duplicidade nas cessões de crédito.

Se a CEF não identificar a existência de duplicidade de Créditos, deverá expedir declaração escrita, endereçada ao Fundo e ao Cedente, reconhecendo que os Créditos a serem cedidos ao Fundo não são de sua titularidade, não detendo portanto direitos sobre tais Créditos.

Ademais, a CEF deverá transferir diretamente ao Fundo, mensalmente, o valor relativo aos Créditos cedidos ao Fundo pelo Cedente. Esse valor deverá ser informado mensalmente pelo Cedente à CEF.

Convênio do Banco BMG com o INSS

Por meio do convênio celebrado entre o Banco BMG, o INSS e a DATAPREV (“Convênio”), o Banco BMG foi autorizado a conceder empréstimos e financiamentos a Aposentados e Pensionistas, para pagamento mediante desconto da renda mensal dos respectivos benefícios.

Os Aposentados e Pensionistas deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes dos empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco BMG. As consignações não poderão exceder, no momento da contratação, a 30% do valor disponível do benefício. Além disso, os Aposentados e Pensionistas deverão autorizar a consignação de valores para pagamento dos empréstimos ou financiamentos.

Entre outras atribuições, caberá à DATAPREV processar as consignações solicitadas pelo Banco BMG. Para tanto, o Banco BMG deverá enviar à DATAPREV, até o segundo dia útil da cada mês, a relação dos Aposentados e Pensionistas que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizaram, expressamente, o pagamento mediante desconto da renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários.

Ademais, o Banco BMG deverá encaminhar ao INSS documentos comprobatórios das autorizações de desconto pelos Aposentados e Pensionistas. Deverá também informar o INSS de eventuais rescisões de contratos de empréstimo e financiamento, para exclusão da consignação.

O INSS deverá repassar os valores descontados da renda mensal dos benefícios em favor do Banco BMG. Veja a seção “Cobrança dos Direitos Creditórios” do capítulo “Direitos Creditórios” deste Prospecto.

Os custos incorridos pela DATAPREV no processamento de dados deverão ser ressarcidos pelo Banco BMG. Assim, o Banco BMG deverá pagar à DATAPREV, mensalmente, o valor de R\$0,30 (trinta centavos de real) por parcela consignada.

O Banco BMG será responsável pela autenticidade das informações constantes das relações de Aposentados e Pensionistas enviadas à DATAPREV, assim como pelos valores a serem consignados.

O INSS não responde pelas operações de empréstimo e financiamento contratadas entre o Banco BMG e os Aposentados e Pensionistas, nem por eventuais descontos indevidos, a menos que estes tenham sido causados por ato do próprio INSS.

A DATAPREV será responsável pelo não processamento integral das consignações solicitadas pelo Banco BMG. Nessa hipótese, a ocorrência deverá ser informada ao Banco BMG, para que este possa tomar as providências necessárias à cobrança dos Aposentados e Pensionistas. Ainda, a DATAPREV deverá pagar ao Banco BMG R\$0,30 (trinta centavos de real) por parcela consignável não processada.

O Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco) anos, de acordo com o interesse das partes.

O Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A partir da denúncia fica proibida a realização de novas operações de crédito consignado a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG. No entanto, as responsabilidades das partes permanecem em vigor até a data de liquidação do último contrato firmado por força do Convênio.

Recomenda-se, ainda, a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco”, seção “Riscos de Crédito”; e seção “Riscos Específicos”, subseções “Riscos Operacionais” e “Riscos da Originadora” do presente prospecto.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional; os títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; terão seu valor de mercado apurado pelo Custodiante conforme a metodologia de avaliação descrita no Anexo VI do Regulamento.

O valor de mercado dos direitos creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos direitos creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os direitos creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os direitos creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e

- v) todos os cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os direitos creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 19.1.2 do Regulamento. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com direitos creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil (“COSIF”), bem como na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, conforme o caso.

Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe

As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo V do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

ASSEMBLÉIA GERAL

Competência

É da competência da assembléia geral de Cotistas do Fundo:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o disposto no Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas no item 21 do Regulamento que acarretam na alteração do próprio Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nomeado(s) conforme o item 21.4 do Regulamento;
- vi) deliberar sobre a alteração da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens “x” e “xi” abaixo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no item 24 do Regulamento) tais Eventos de Avaliação devem ser

considerados como um Evento de Liquidação (conforme definidos no item 24 do Regulamento);

- xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no item 24 do Regulamento), tais Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) elevar e/ou diminuir o Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 12 do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de direitos creditórios, de acordo com o disposto no item 24 do Regulamento;
- xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco; e
- xvii) deliberar sobre a substituição do Custodiante, do Agente de Cobrança, do Gestor e do fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios, ressalvado o disposto nos itens 7.3.3 e 7.4 do Regulamento.

Procedimento de Convocação

A convocação de assembléia geral de cotistas será feita pela Instituição Administradora, por meio de correio eletrônico, carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou publicação em periódico.

As cartas de convocação, correios eletrônicos e publicações em periódico indicarão dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.

A convocação da assembléia geral de cotistas deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou do correio eletrônico, ou da publicação em periódico.

Não se realizando a assembléia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de correio eletrônico ou de carta com aviso de recebimento, ou a publicação em periódico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Admite-se que a segunda convocação da assembléia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a assembléia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Cotistas será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a assembléia geral de cotistas não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

As Assembléias Gerais de Cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

Nomeação de Representante dos Condôminos

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do Cedente de direitos creditórios ao Fundo; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, do Cedente de direitos creditórios ao Fundo.

Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos deste item não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

Os Cotistas Seniores e Subordinados terão direito a voto nas matérias indicadas no item 21.1 do Regulamento, observado o disposto abaixo.

Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quoruns de deliberação estabelecidos no Regulamento, estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas as deliberações que se refiram a:

- i) alteração do item 6 do Regulamento;
- ii) alteração do item 9 do Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo; inclusive alteração da Alocação Mínima;
- iii) alteração do item 10 do Regulamento;

- iv) alteração da Razão Mínima;
- v) novas distribuições de cotas do Fundo;
- vi) alteração do item 16 do Regulamento, ou qualquer uma destinada a alterar a apuração de resultado da carteira do Fundo ou o Anexo V do Regulamento;
- vii) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas previstos nos itens 17.1 e 17.2 do Regulamento;
- viii) alteração do item 18 do Regulamento, ou qualquer uma destinada a alterar as características da Reserva de Pagamento;
- ix) alteração do item 19 do Regulamento, bem como do anexo VI ao Regulamento;
- x) alteração do item 20 do Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- xi) alteração do item 21 do Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quoruns;
- xii) criação de novos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo;
- xiii) assuntos descritos nos itens (i), (iii), (iv), (vi), (vii), (xii) e (xiii) do item 21.1 do Regulamento; e
- xiv) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (x) e (xi) do item 21.1 do Regulamento dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação presentes.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (xv), (xvi) e (xvii) do item 21.1 do Regulamento, assim como a alteração do item

21.2.3 do Regulamento, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (xii), (xiii) e (xiv) do item 21.1 do Regulamento, assim como a alteração do item 21.2.4 do Regulamento, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação com direito a voto.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Para fins do disposto acima, define-se “Cotas Seniores em Circulação” a totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.

Somente podem votar nas assembléias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais de Cotistas caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral de Cotistas.

Não terão direito a voto na assembléia geral de cotistas a Instituição Administradora e seus empregados.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 21.2.1 do Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer

tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, no dia 20 (vinte) do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 19.4.1 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos do item 8 do Regulamento;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- v) inobservância pelo Cedente e/ou Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente e/ou o Agente de Cobrança não o fizerem no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 10 do Regulamento;
- vii) não pagamento, nas Datas de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- viii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- ix) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- x) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- xi) renúncia do Custodiante;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- xiii) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
 - a) caso o convênio celebrado com o INSS ou as autorizações específicas permitindo o desconto em benefício sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos;
 - b) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 do Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal,

administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;

- c) comprovação de que o Banco BMG tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 4.1 do Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo;
 - d) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores; ou
 - e) descumprimento pelo Banco BMG de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição do Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão do Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo;
- xiv) não constituição da Reserva de Pagamento nos termos do Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 18.1 do Regulamento para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos e/ou 10 (dez) dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;
- xv) caso, do relatório de verificação referido no item 7.5 do Regulamento, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Banco BMG com relação a 5% (cinco por cento) ou mais dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
- xvi) inadimplência da carteira de direitos creditórios do Fundo superior a 3% (três por cento) na média móvel dos 3 (três) Períodos de Verificação anteriores ou superior a

5% (cinco por cento) em um único Período de Verificação, não coberta pelo Fundo de Liquidez ou pelo Cedente, por meio da recompra dos créditos inadimplidos; esta inadimplência será medida até o 5º (quinto) Dia Útil após cada Período de Verificação, através da relação entre os direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios com vencimento durante o Período de Verificação; entende-se por Período de Verificação aquele correspondente a um mês-calendário;

- xvii) descumprimento, pelo Cedente, da obrigação de recompor imediatamente o percentual de 5% (cinco por cento) do preço de aquisição dos direitos creditórios ainda não pagos, que compõe o Fundo de Liquidez, conforme disposto no item 12.4.2 do Regulamento; e
- xviii) descumprimento, pelo Cedente, da obrigação de recompra imediata dos direitos creditórios inadimplidos e não cobertos com recursos do Fundo de Liquidez, nos termos do item 12.7 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de direitos creditórios, se for o caso, e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 21 do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo.

Caso a assembléia geral de que trata o parágrafo acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o item 21 do Regulamento, devendo a assembléia geral deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, este reiniciará o processo de aquisição de direitos creditórios, se for o caso, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na Assembléia Geral.

O direito ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de

qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida assembléia geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação Antecipada

Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas (“Eventos de Liquidação”):

- i) impossibilidade de aquisição de direitos creditórios que preencham os critérios de elegibilidade especificados no item 10.1 do Regulamento;
- ii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação à Instituição Administradora e/ou quaisquer sociedades controladoras diretas;
- iii) não pagamento dos valores de amortização das Cotas nas datas previstas no Regulamento;
- iv) resilição do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- vi) na hipótese de a Assembléia Geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI (item 21.1 “xiii” do Regulamento), na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e
- vii) resilição ou rescisão do Contrato de Cessão no período de 6 meses a contar da Data de Subscrição Inicial.

Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de direitos creditórios, se for o caso.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Dissidentes o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes terão suas cotas resgatadas assim que o Fundo tiver recursos suficientes para tanto, após o pagamento dos encargos e despesas do Fundo. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do Dia Útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 19.4.1 do Regulamento.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais direitos creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até

que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

Caso no último Dia Útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de direitos creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no item 24 do Regulamento.

De acordo com o disposto no item 14 do Regulamento, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto no item 24 do Regulamento.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de direitos creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 24 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor de aquisição dos direitos creditórios, em igualdade de condições com eventuais terceiros interessados.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembléia Geral de condôminos deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos direitos creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas do Fundo ainda em circulação.

Na hipótese de a Assembléia Geral de condôminos referida no item anterior não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os direitos creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a

constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais direitos creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de direitos creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maior quantidade de Cotas Seniores em circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos direitos creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 24.8.6 do Regulamento), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos direitos creditórios e Documentos Comprobatórios ao mesmo. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos direitos creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além das taxas de administração e de performance prevista no item “Taxas” acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;

- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, se for o caso.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora. Correrão também por conta da Instituição Administradora as despesas com a verificação prevista no item 7.5 do Regulamento.

Direitos Creditórios Inadimplentes, Fundo de Liquidez, Recompra Obrigatória e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança

Os direitos creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Agente de Cobrança, exceto nas hipóteses de sub-rogação do Cedente previstas nos itens 12.5 e 12.7 do Regulamento.

A cada cessão de direitos creditórios ao Fundo, por instrução da Instituição Administradora, 5% (cinco por cento) do montante devido ao Cedente serão retidos e destinados à composição de um fundo de liquidez (“Fundo de Liquidez”), a ser utilizado pela Instituição Administradora e pelo Gestor com o fim exclusivo de cobrir eventual inadimplência relacionada aos direitos creditórios cedidos ao Fundo. . Os recursos que compõem o Fundo de Liquidez serão utilizados caso o Fundo não receba valores relativos a direitos creditórios a ele cedidos por qualquer motivo, não se restringindo à inadimplência por parte dos Devedores.

Os recursos que compõem o Fundo de Liquidez serão integralmente aplicados em títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social.

O Fundo deverá sempre manter aplicado, nos termos do parágrafo anterior, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de aquisição dos direitos creditórios ainda não pagos, quer vincendos, quer vencidos. Na medida em que os direitos creditórios forem sendo pagos, os recursos que compõem o Fundo de Liquidez que excederem o percentual referido no item anterior serão entregues ao Cedente, mediante depósito na conta corrente a ser por ele indicada. A apuração de tais valores a entregar será feita no encerramento de cada mês.

Na hipótese de utilização de recursos que compõem o Fundo de Liquidez pela Instituição Administradora ou pelo Gestor, nos termos do item 12.2 do Regulamento, o Cedente, imediatamente após a notificação referida no item 12.6 do Regulamento, deverá entregar ao Fundo recursos suficientes para recompor o percentual de 5% (cinco por cento) do preço de aquisição dos direitos creditórios ainda não pagos. O Fundo poderá reter a referida quantia de valores a serem pagos ao Cedente.

O Fundo poderá utilizar os recursos que compõem o Fundo de Liquidez para pagamento dos Créditos inadimplidos a partir do 5º (quinto) Dia Útil a contar da data prevista para repasse dos valores descontados dos benefícios dos Devedores pelo INSS, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio ao Banco BMG, observado o disposto no item 12.6 do Regulamento.

Na hipótese de utilização de recursos que compõem o Fundo de Liquidez, o Cedente ficará sub-rogado em todos os direitos do Fundo em relação aos respectivos créditos inadimplidos.

O Banco BMG deverá ser notificado, por escrito, pelo Gestor, sempre que os recursos que compõem o Fundo de Liquidez forem utilizados. A referida notificação deverá indicar a quantia utilizada e o motivo de sua utilização e deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua utilização.

O Cedente será obrigado a recomprar os direitos creditórios inadimplidos e não cobertos pelo Fundo de Liquidez. Assim, caso os recursos que compõem o Fundo de Liquidez não sejam suficientes para cobrir a inadimplência dos direitos creditórios, o Cedente será acionado pela Instituição Administradora ou pelo Gestor para recompra imediata dos créditos inadimplidos, pelo valor que deveria ter sido recebido pelo Fundo. Após a recompra, o Cedente ficará sub-rogado em todos os direitos do Fundo em relação aos créditos inadimplidos. A obrigação de recompra abrange qualquer hipótese em que, após a utilização do Fundo de Liquidez, o Fundo não receba valores relativos a direitos creditórios a ele cedidos, não se restringindo à inadimplência por parte dos Devedores.

Sem prejuízo do disposto nos itens 12.2 e 12.7 do Regulamento, o Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos direitos creditórios inadimplidos junto aos respectivos clientes, bem como promover a cobrança judicial de qualquer direito creditório inadimplido, (i) após o 10º (décimo) dia

corrido contado do vencimento do direito creditório inadimplido em questão; e (ii) desde que devidamente autorizado pela Instituição Administradora e pelo Gestor.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios e dos ativos financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando a Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante ou o Agente de Cobrança, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de direitos creditórios e ativos financeiros.

O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos cotistas do Fundo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios e dos ativos financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas (hipótese em que não se aplicarão os critérios estabelecidos no item 14.2.3 do Regulamento e suas subdivisões). Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento ou na referida Assembléia Geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 12.10 do Regulamento; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em

decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus direitos creditórios e ativos financeiros.

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de cotas do fundo, as seguintes informações:

- i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
- ii) a data da primeira integralização de cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado. Tais demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido no item 23 do Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas

instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) agência(s) classificadora(s) de risco contratada(s) pelo Fundo. A divulgação de tais informações pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do art. 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela

CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de maio de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 3º (terceiro) Dia Útil após o encerramento do mês anterior, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
- iv) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- v) o comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração de Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

Correio Eletrônico

Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora e os condôminos.

PUBLICAÇÕES

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “Diário Mercantil”, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCs

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios foram criados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (com as alterações dadas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, da CVM) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

ATENDIMENTO AO COTISTA

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas Cotas poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora/Intermediária, ou ainda na CVM. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar.

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I”

REGULAMENTO DO FUNDO

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I”

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I”

MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO

“CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITOS

Pelo presente Contrato de Cessão de Créditos, doravante denominado simplesmente “Contrato”,

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “BMG”, e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 15 de dezembro de 2005, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada por sua vez na forma de seu contrato social (“Instituição Administradora”), doravante designado simplesmente “Fundo”;

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

e ainda, como intervenientes anuentes,

BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “Itaú”;

GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.539.353/0001-52, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “GP”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) o BMG é instituição financeira que celebra contratos de empréstimo (“Contratos de Empréstimo”) com titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (“Aposentados e Pensionistas”, ou “Devedores”); as parcelas dos Contratos de Empréstimo constituem, desta forma, direitos creditórios contra os Aposentados e Pensionistas (“Créditos”);
- ii) o pagamento dos Créditos é realizado por meio de desconto direto em benefício previdenciário dos Aposentados e Pensionistas (“Desconto em Benefício”); os Créditos e o Desconto em Benefício são formalizados mediante assinatura de contratos e autorizações na forma dos modelos reproduzidos no Anexo I, que constitui parte integrante deste Contrato;
- iii) o Fundo é fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Créditos, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN, e da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- iv) o Itaú será o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo, conforme o “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, celebrado entre a Instituição Administradora, o Itaú e o BMG, em [COMPLETAR] (“Contrato de Custódia”, cuja cópia consta do presente

Contrato como seu Anexo II); nessa qualidade, comparece o Itaú neste Contrato, sendo responsável pelo acompanhamento da liquidação física e financeira da cessão dos Créditos e validação destes em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo (“Regulamento”);

v) *a GP será responsável pela gestão da carteira do Fundo, conforme o “Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento”, a ser celebrado entre a Instituição Administradora e a GP; e*

vi) *a cessão dos Créditos é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Créditos.*

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

1. COMPROMISSO E PROCEDIMENTO DE CESSÃO

1.1 *Durante os primeiros 6 (seis) meses de duração do Fundo, o BMG se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a ceder Créditos ao Fundo, sempre que solicitado pela Instituição Administradora ou pela GP, devendo ser observado o seguinte procedimento entre as Partes, o Itaú e a GP, observado também o disposto no item 4.1:*

i) *durante os primeiros 6 (seis) meses de duração do Fundo, a Instituição Administradora ou a GP solicitarão ao BMG que ceda Créditos ao Fundo, informando o volume de recursos do Fundo que serão utilizados para pagamento da referida cessão;*

ii) *o BMG enviará à Instituição Administradora, que por sua vez encaminhará ao Itaú, arquivo eletrônico contendo informações sobre os Créditos que deseja ceder ao Fundo (“Lista de Créditos”), juntamente com (a) cópia da correspondência da Caixa Econômica Federal (“CEF”) declarando que tais Créditos não são de sua titularidade, e que os valores a eles relativos serão transferidos diretamente para conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada; e (b) cópia do relatório a ser elaborado pela KPMG Auditores Independentes nos termos do item 10.1(i) do*

Regulamento; o envio do arquivo eletrônico caracterizará oferta, irrevogável e irretratável, de cessão dos Créditos pelo BMG ao Fundo; e

- iii) *após o recebimento do arquivo eletrônico e verificação de quais Créditos atendem aos critérios de elegibilidade estabelecidos no item 10 do Regulamento (“Critérios de Elegibilidade”), o Itaú deixará à disposição do BMG e da Instituição Administradora, por meio do site www.itaucustodia.com.br, relatório contendo a relação dos Créditos objeto de aquisição pelo Fundo, individualmente identificados, e seu respectivo preço de aquisição (“Relatório do Itaú”); a disponibilização do Relatório do Itaú ao BMG e à Instituição Administradora caracterizará a aquisição, irrevogável e irretratável, dos Créditos pelo Fundo.*

1.2 *A cessão de Créditos será formalizada por meio da assinatura, pelas Partes, de instrumento que descreva os Créditos bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo indicado no Anexo III, que constitui parte integrante do presente Contrato (“Termo de Cessão”). O Termo de Cessão deverá ter como anexos (i) a respectiva Lista de Créditos, impressa; (ii) o pertinente Relatório do Itaú, impresso; e (iii) o respectivo relatório da KPMG Auditores Independentes, impresso, elaborado nos termos do item 10.1(i) do Regulamento.*

1.3 *Uma vez celebrado o Termo de Cessão, este e seus anexos serão considerados parte integrante do presente Contrato, e o Fundo pagará ao BMG o valor dos Créditos, no prazo e na forma descritos na cláusula 2 abaixo.*

1.4 *Os Créditos serão cedidos ao Fundo incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas.*

1.4.1 *O Fundo ficará automaticamente sub-rogado nos direitos emergentes do seguro contratado em favor do BMG para cobertura de inadimplência decorrente de morte do Aposentado ou Pensionista .*

2. CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO VALOR DE CESSÃO

2.1 *A contraprestação pela cessão dos Créditos, devida pelo Fundo, será calculada de acordo com a fórmula abaixo e especificada nos respectivos Termos de Cessão:*

$$PC_i = \frac{VN_i}{(Fator_{CE})^{DU_i}}$$

PC_i = Preço de cessão do Crédito “i”;

VN_i = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão;

Du_i = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive:

$Fator_{ce}$ = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{CE} = \left(1 + \frac{DI + FSE}{100} \right)^{\frac{1}{252}}$$

onde:

DI = Taxa anual dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 dias úteis, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da cessão do Créditos;

FSE = Fator Spread Excedente = 5% a.a.

2.2 Observado o disposto na cláusula 4 abaixo, os montantes referentes à contraprestação pelos Créditos cedidos serão pagos ao BMG em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente de sua titularidade, a ser indicada, (i) no próprio Dia Útil, conforme definido no item 2.2.3 abaixo, do recebimento da via original devidamente assinada do respectivo Termo de Cessão, quando entregue pessoalmente e recebida pelo Fundo até as 16:00 hs; caso o recebimento ocorra após referido horário, o pagamento ocorrerá no Dia Útil seguinte; (ii) no próprio Dia Útil em que se encerrar o prazo de 5 (cinco) dias contados da postagem de carta com aviso de recebimento ao Fundo, contendo via original devidamente assinada do respectivo Termo de Cessão, e desde que o Fundo haja sido avisado do envio; ou (iii) no próprio Dia Útil do recebimento de fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão assinado, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, e desde que o recebimento ocorra até as 16:00

hs; caso o recebimento ocorra após referido horário, o pagamento ocorrerá no Dia Útil seguinte.

2.2.1 O Fundo não efetuará quaisquer pagamentos relativos a determinado Termo de Cessão enquanto não houver recebido via original devidamente assinada do(s) Termo(s) de Cessão relativo(s) à(s) cessão(ões) de Créditos anterior(es).

2.2.2 As liquidações financeiras mencionadas no item 2.2 acima somente serão efetuadas pelo Custodiante após o recebimento de autorização da Instituição Administradora, em meio eletrônico.

2.2.3 Considera-se “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais.

2.3 Os Créditos liquidados antecipadamente, por qualquer motivo, terão seu preço calculado de acordo com a fórmula abaixo:

onde:

$$PL_i = \frac{VN_i}{(Fator_{LA})^{Du_i}}$$

PL_i = Preço de liquidação antecipada do Crédito “i”;

VN_i = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão;

Du_i = Número de dias úteis compreendido entre a data de liquidação antecipada, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive;

Fator_{LA} = Fator de liquidação antecipada, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{la} = \left[1 + \frac{DI + FSE}{100} \right]^{1/252}$$

onde:

DI = Taxa anual dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 dias úteis, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da liquidação antecipada dos créditos;

FSE = Fator Spread Excedente = 5% a.a.

2.3.1 *Na hipótese de liquidação antecipada de Crédito cedido ao Fundo, o BMG deverá pagar ao Fundo a quantia correspondente à diferença positiva entre o preço pago pelo Fundo na aquisição do Crédito, calculado de acordo com a fórmula prevista no item 2.1 acima, e o preço apurado de acordo com a fórmula prevista no item 2.3 acima.*

2.4 *Os valores devidos pelo BMG nos termos do item 2.3 acima serão pagos em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente a ser indicada pelo Fundo, em até 5 (cinco) dias a contar da liquidação antecipada do respectivo Crédito. O BMG poderá, ainda, compensar a quantia a pagar com quaisquer valores que tenha a receber do Fundo, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil.*

3. FUNDO DE LIQUIDEZ

3.1 *A cada cessão de Créditos ao Fundo, 5% (cinco por cento) do montante devido ao BMG serão retidos e destinados à composição de um fundo de liquidez (“Fundo de Liquidez”), a ser utilizado pela Instituição Administradora e pela GP com o fim exclusivo de cobrir eventual inadimplência relacionada aos Créditos cedidos ao Fundo. Os recursos que compõem o Fundo de Liquidez serão utilizados caso o Fundo não receba valores relativos a direitos creditórios a ele cedidos por qualquer motivo, não se restringindo à inadimplência por parte dos Devedores.*

3.2 *Os recursos que compõem o Fundo de Liquidez serão integralmente aplicados em títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto cotas do*

Fundo de Desenvolvimento Social. Os valores eventualmente acrescidos aos recursos que compõem o Fundo de Liquidez, em razão do rendimento das referidas aplicações, passarão a integrar o Fundo de Liquidez.

3.3 O Fundo deverá sempre manter aplicado, nos termos do item anterior, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de aquisição dos Créditos ainda não pagos, quer vincendos, quer vencidos.

3.3.1 Na medida em que os Créditos forem sendo pagos, os recursos que compõem o Fundo de Liquidez que excederem o percentual referido no item anterior serão entregues ao BMG, mediante depósito na conta corrente a ser por ele indicada. Assim, quando todos os Créditos cedidos ao Fundo tiverem sido pagos, os recursos que compõem o Fundo de Liquidez, que não tenham sido utilizados nos termos do item 3.1 acima, terão sido entregues ao BMG, com o respectivo rendimento referido no item 3.2 acima. A apuração de tais valores a entregar será feita no encerramento de cada mês.

3.3.2 Na hipótese de utilização de recursos que compõem o Fundo de Liquidez pela Instituição Administradora ou pela GP, nos termos do item 3.1 acima, o BMG, imediatamente após a notificação referida no item 3.5 abaixo, deverá entregar ao Fundo recursos suficientes para recompor o percentual de 5% (cinco por cento) do preço de aquisição dos Créditos ainda não pagos. O Fundo poderá reter a referida quantia de valores a serem pagos ao BMG.

3.3.3 O Fundo poderá utilizar os recursos que compõem o Fundo de Liquidez para pagamento dos Créditos inadimplidos a partir do 5º (quinto) Dia Útil a contar da data prevista para repasse dos valores descontados dos benefícios dos Devedores pelo INSS, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio ao BMG, observado o disposto no item 3.5 abaixo.

3.4 Na hipótese de utilização de recursos que compõem o Fundo de Liquidez, o Cedente ficará sub-rogado em todos os direitos do Fundo em relação aos respectivos créditos inadimplidos.

3.5 O BMG deverá ser notificado, por escrito, pela GP, sempre que os recursos que compõem o Fundo de Liquidez forem utilizados. A referida notificação deverá indicar

a quantia utilizada e o motivo de sua utilização e deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua utilização.

4. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO BMG

4.1 O BMG somente cederá ao Fundo Créditos:

- i) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo e que tenham sido objeto de verificação prévia e declaração por parte da CEF de que os Créditos não são de sua titularidade e que os valores a eles relativos serão transferidos diretamente para conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre o Banco BMG, o Fundo e a CEF;*
- ii) exigíveis dos respectivos Aposentados e Pensionistas na data de vencimento prevista;*
- iii) referentes a Aposentados e Pensionistas que não apresentem, no momento da cessão ao Fundo, outros Créditos vencidos e não pagos ao BMG ou ao Fundo;*
- iv) decorrentes de empréstimos concedidos pelo BMG;*
- v) referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um Contrato de Empréstimo cujo prazo total seja igual ou inferior a 36 (trinta e seis) meses;*
- vi) que não tenham vencimento posterior à data prevista para a liquidação do Fundo;*
- vii) decorrentes de empréstimos amparados por instrumento assinado pelas partes, não podendo o Fundo adquirir créditos oriundos de empréstimos concedidos exclusivamente por meio da central de atendimento telefônico do BMG;*
- viii) que constem de relatório de verificação elaborado pela KPMG Auditores Independentes, nos termos do item 10.1(i) do Regulamento, que ateste a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo BMG relativas a cada um dos Créditos a serem adquiridos pelo Fundo: (a) ocorrência da averbação da consignação em*

folha de benefícios do INSS; (b) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (c) o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (d) valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação; e

- ix) devidamente amparados por seguro contratado em favor do BMG para cobertura de inadimplência decorrente de morte do Aposentado ou Pensionista.*

4.1.1 A obrigação constante do item 4.1 acima não exime o Itaú de sua responsabilidade de validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade.

4.1.2 Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Créditos cedidos não observa os requisitos especificados no item 4.1 acima, a cessão de tal Crédito será prontamente resolvida, devendo o BMG imediatamente pagar ao Fundo o valor do Crédito respectivo, calculado conforme o item 2.1 acima, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.

4.2 O BMG se compromete a não ceder ao Fundo quaisquer Créditos caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

4.3 O BMG será responsável:

- i) pela existência dos Créditos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;*
- ii) pelo pagamento imediato do Crédito no caso de exceções apresentadas pelos devedores dos Créditos contra o BMG quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e*
- iii) pela recompra imediata dos Créditos inadimplidos, caso os recursos que compõem o Fundo de Liquidez não sejam suficientes para cobrir a inadimplência.*

4.3.1 A Instituição Administradora ou Gestor deverão acionar o BMG para que este recompre os Créditos inadimplidos, nos termos do item 4.3 (iii) acima, pelo valor que

deveria ter sido recebido pelo Fundo. Após a recompra, o BMG ficará sub-rogado em todos os direitos do Fundo em relação aos Créditos inadimplidos.

4.3.2 A obrigação de recompra abrange qualquer hipótese em que, após a utilização do Fundo de Liquidez, o Fundo não receba valores relativos a direitos creditórios a ele cedidos, não se restringindo à inadimplência por parte dos Devedores.

4.4 O BMG se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das cotas do Fundo a:

i) não tomar a iniciativa de alterar o convênio celebrado com o INSS (“Convênio/INSS”) e informar imediatamente à Instituição Administradora (a) de qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida do INSS relacionada à manutenção do Convênio/INSS e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo BMG; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos do Convênio/INSS; e (c) qualquer alteração ao Convênio/INSS por iniciativa do INSS;

ii) cumprir seus deveres legais e contratuais que são requisitos para que o Desconto em Benefício continue sendo efetuado;

iii) não realizar qualquer ato ou procedimento com o intuito de fazer com que o INSS credite valores relativos aos Créditos cedidos ao Fundo em contas correntes diversas das indicadas no Convênio/INSS (incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes);

iv) não pedir ou autorizar o cancelamento do Desconto em Benefício relativo aos Contratos de Empréstimo cujos respectivos Créditos sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos;

v) enviar correspondência à CEF, anexando arquivo eletrônico contendo a Lista de Créditos, e solicitando que esta emita declaração escrita de que os Créditos não são de sua titularidade, e que os valores a eles relativos serão transferidos diretamente para conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre o BMG, o Fundo e a CEF;

vi) enviar simultaneamente à Instituição Administradora todas as correspondências

trocadas entre o BMG e a CEF relativas a assuntos de interesse do Fundo; e

- vii) tomar todas as providências necessárias para assegurar que os recursos oriundos do pagamento dos Créditos não sejam ou permaneçam retidos pela CEF, em nenhuma circunstância, dando sempre ciência à Instituição Administradora de tais providências.*

4.4.1 Na hipótese de o Desconto em Benefício se tornar impossível, por questões jurídicas ou fáticas, o BMG deverá:

- i) notificar este fato imediatamente ao Fundo, à Instituição Administradora e à GP;*
- ii) despender seus maiores esforços para imediatamente tornar o Desconto em Benefício possível; e*
- iii) adotar outros meios de cobrança dos Créditos, no período em que o Desconto em Benefício não for possível.*

4.4.2 Na hipótese de o Desconto em Benefício se tornar, com a concorrência de culpa do BMG, impossível definitivamente, por tempo indeterminado ou por prazo superior a 1 (um) mês, o BMG deverá imediatamente recomprar a totalidade dos Créditos cedidos e ainda não pagos pelos respectivos Devedores, observado que:

- i) em se tratando de Créditos ainda não vencidos, pelo preço calculado de acordo com a fórmula especificada no item 2.1 acima; e*
- ii) em se tratando de Créditos vencidos e não pagos, pelo valor pelo qual tais Créditos sejam exigíveis.*

4.4.2.1 Na hipótese de recompra descrita no item anterior, deverão ser observadas as disposições dos itens 8.2 e 8.3 abaixo.

4.4.3 A obrigação de recompra pelo BMG dos Créditos inadimplidos (i) é irrevogável e irretratável e não será afetada por qualquer impossibilidade, ainda que temporária, de realização do Desconto em Benefício, e (ii) abrange qualquer hipótese em que, após a utilização integral dos recursos que compõem o Fundo de Liquidez, o Fundo

não receba o pagamento do Crédito respectivo.

4.5 O BMG se obriga a, durante o período de vigência do presente Contrato, manter verdadeiras as declarações a ele relativas constantes do item 10.1 abaixo.

4.6 Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato, o BMG também se obriga a:

- i) comunicar imediatamente à Instituição Administradora e à GP o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir (a) o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato; e/ou (b) as cessões de Créditos;*
- ii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora e à GP caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);*
- iii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora e à GP a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);*
- iv) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;*
- v) enviar aos INSS todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos do Convênio/INSS, incluindo aquelas necessárias ao Desconto em Benefício;*
- vi) informar mensalmente à Instituição Administradora, por meio eletrônico, os respectivos valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;*

- vii) *comunicar imediatamente à Instituição Administradora e à GP qualquer atraso no repasse, pelo INSS, de recursos consignados em folha de benefícios em razão de Contratos de Empréstimo;*
- viii) *enviar à Instituição Administradora as informações a serem por esta encaminhadas à Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil, nos termos previstos pela legislação aplicável, acerca dos Créditos adquiridos do BMG pelo Fundo;*
- ix) *comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer alteração nos procedimentos de cobrança e transferência de recursos em vigor na data deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, aos procedimentos operacionais com a CEF; e*
- x) *comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos nas cláusulas 11 e 12 abaixo.*

4.7 *Ressalvado o disposto no item 4.7.1 abaixo, até a amortização integral e/ou o resgate das cotas, o BMG se obriga a não realizar qualquer ato que acarrete ou possa resultar na concessão de abatimento, de desconto, de alteração de data de vencimento e dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Contratos de Empréstimo cujos Créditos sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora.*

4.7.1 *O disposto no item anterior não impedirá a liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos solicitada pelo respectivo Devedor, observado o disposto nos itens 2.3 e seguintes.*

5. DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 *O BMG será o fiel depositário de todos os documentos relacionados aos Créditos cedidos ao Fundo (“Documentos Relacionados aos Créditos”), nos termos estabelecidos no Contrato de Custódia.*

5.1.1 *Os Documentos Relacionados aos Créditos abrangem: (i) contrato de empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo contrato, de nota*

promissória representativa da dívida e/ou de instrumento constitutivo de garantia; (ii) apólice do seguro contratado para cobertura de inadimplência decorrente de morte do Aposentado ou Pensionista, impressa; (iii) autorização impressa para desconto em folha; (iv) cópia impressa de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Aposentado ou Pensionista, bem como a existência de margem consignável; (v) relatório da KPMG Auditores Independentes elaborado de acordo com o item 10.1(i) do Regulamento, impresso; (vi) arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, confirmando a respectiva consignação em folha, determinadas características do empréstimo, bem como a condição do Devedor de Aposentado ou Pensionista; e (vii) relatório de retenção do BMG, impresso.

5.2 O BMG se compromete a guardar todos os Documentos Relacionados aos Créditos com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo.

5.2.1 O BMG poderá subcontratar, sob sua responsabilidade e permanecendo na qualidade de fiel depositário, empresas especializadas na guarda de documentos, mediante prévia e expressa autorização da Instituição Administradora e do Itaú.

5.3 Os Documentos Relacionados aos Créditos ficarão na posse do BMG, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de encerramento dos Contratos de Empréstimo que originaram os Créditos.

5.3.1 Uma vez decorrido o prazo referido no item acima em relação a determinado documento, o BMG deixará a partir de então de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo observar as instruções que lhe der a Instituição Administradora quanto à destinação do referido documento.

5.4 A Instituição Administradora, o Itaú e a GP, ou terceiros por estes indicados, incluindo a KPMG Auditores Independentes, poderão, a qualquer tempo, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Relacionados aos Créditos.

5.5 O BMG se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Relacionados aos Créditos dadas pelo Itaú e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

6. COBRANÇA DOS CRÉDITOS

6.1 *Conforme previsto no item 3.6.6.1 do Contrato de Custódia, os pagamentos relativos aos Créditos inadimplidos, recebidos pelo Cedente na qualidade de agente cobrador, devem ser depositados por este, em até 2 (dois) Dias Úteis do respectivo recebimento, na(s) conta(s) corrente(s) indicada(s) naquele contrato, de titularidade do Fundo, ou em outra conta corrente indicada por escrito pelo Fundo e de sua titularidade.*

6.2 *Ocorrendo o recebimento dos valores relativos aos Créditos pelo Cedente, na qualidade de agente cobrador, e não efetuando ele o respectivo repasse na forma e prazo do item 6.1 acima, o Cedente será obrigado a pagar multa de 2% (dois por cento) sobre o montante não transferido, juntamente com juros de mora correspondentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.*

6.3 *Nos termos do Contrato de Custódia e do presente Contrato, o Cedente fica constituído como fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Créditos cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo.*

6.4 *Os direitos creditórios inadimplidos, não cobertos com recursos do Fundo de Liquidez, nem recomprados pelo Cedente na forma descrita no item 4.3(iii), permanecerão sujeitos à cobrança pelo BMG, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento e no Contrato de Custódia.*

6.5 *Sem prejuízo do disposto no item acima, o Cedente somente poderá renegociar ou acordar junto aos respectivos Devedores qualquer alteração aos termos e condições dos Créditos inadimplidos, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Crédito inadimplido, (i) após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do Crédito em questão; e (ii) desde que devidamente autorizado pela Instituição Administradora e pela GP.*

7. NOTIFICAÇÃO

7.1 *As Partes acordam que a notificação dos devedores dos Créditos, para os fins do artigo 290 do Código Civil, não será necessária enquanto o Cedente for o agente cobrador dos Créditos, nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento.*

7.1.1 *Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de o Cedente deixar de ser o agente cobrador, assistirá ao Fundo o direito de notificar por escrito os devedores dos Créditos que venham a ser cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato e dos Termos de Cessão, dando a eles conta da cessão dos respectivos créditos, conforme modelo constante do Anexo IV, que constitui parte integrante do presente Contrato.*

7.2 *Sem prejuízo do disposto no item anterior, o Cedente compromete-se a transferir imediatamente ao Fundo, na forma dos itens 6.1 a 6.3 acima, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Créditos eventualmente recebido dos Devedores ou de terceiros, mesmo na hipótese de deixar de ser o agente cobrador dos Créditos.*

8. DIREITO À RECOMPRA

8.1 *Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Créditos aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 24.8 do Regulamento, o BMG terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Créditos integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor de aquisição dos Créditos, em igualdade de condições com eventuais terceiros interessados.*

8.2 *A recompra de Créditos deverá ser formalizada por meio de instrumento próprio, assinado pelas partes e devidamente registrado.*

8.3 *No ato de pagamento da recompra de Créditos, o Fundo deverá transferir ao BMG eventuais Documentos Relacionados aos Créditos que tenha recebido.*

9. REGISTRO

9.1 *A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato, em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas do Rio de Janeiro e Belo*

Horizonte, sendo que o BMG arcará com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. Em até 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção do registro, a Instituição Administradora do Fundo deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro ao BMG, bem como os comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas. Sem prejuízo do disposto neste item, caso a Instituição Administradora, ao término do prazo acordado, ainda não haja requerido o registro, poderá o BMG proceder ao registro aqui mencionado, correndo todos os custos e despesas por sua conta.

9.1.1 A obrigação de registro prevista no item acima se aplicará também aos Termos de Cessão.

10. DECLARAÇÕES DAS PARTES

10.1 O BMG, devidamente representado no presente Contrato, declara e assegura que, na data de assinatura deste Contrato:

- i) é uma instituição financeira legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;*
- ii) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;*
- iii) os signatários do presente Contrato e seus respectivos anexos têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, se for o caso;*
- iv) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;*
- v) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do BMG ou sacados contra este que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou suspensão de seus efeitos;*

- vi) *a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais o BMG, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o BMG, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o BMG, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;*
- vii) *seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito, que deram e darão origem aos Créditos, não permitem e dispõem de controles que não permitirão a oferta ao Fundo de Créditos sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;*
- viii) *os Créditos oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Créditos a este cedidos, nos termos deste Contrato, e foram contratados com estrita observância aos termos e às condições da política de concessão de crédito descrita no Regulamento;*
- ix) *os Contratos de Empréstimo, o Convênio/INSS e os demais documentos que autorizam a concessão dos empréstimos com Desconto em Benefício aos Aposentados e Pensionistas não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Créditos do BMG ao Fundo ou do Fundo para terceiros;*
- x) *somente oferecerá à cessão ao Fundo Créditos que atendam aos critérios previstos no item 4.1 deste Contrato;*

- xi) os Créditos oferecidos à cessão ao Fundo não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Benefício dos valores de titularidade do Fundo, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;*
- xii) não ter conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, com referência ao BMG, na data em que esta declaração é prestada ou confirmada; ou, alternativamente, havendo ocorrido qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, declara que foi ele devidamente sanado;*
- xiii) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do BMG e à celebração dos Contratos de Empréstimo foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados; e*
- xiv) os livros contábeis e societários do BMG estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados.*

10.1.1 O BMG se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, que serão consideradas como tendo sido reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.

10.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio legitimamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios;*
- ii) é uma sociedade anônima legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;*

- iii) *a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;*
- iv) *as pessoas que assinam este Contrato e seus respectivos anexos em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;*
- v) *a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e*
- vi) *encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.*

10.2.1 A Instituição Administradora se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, que serão consideradas reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.

11. EVENTOS DE REVISÃO

11.1 Para os efeitos deste Contrato e do Regulamento, são considerados eventos de revisão (“Eventos de Revisão”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) *modificação do controle acionário do BMG;*
- ii) *caso o Convênio/INSS ou as autorizações específicas permitindo o Desconto em Benefício sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos;*
- iii) *caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo BMG no item 10.1 deste Contrato, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das cotas;*
- iv) *comprovação de que o BMG tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo Créditos em desacordo com os critérios definidos no item 4.1 acima ;*
- v) *criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das cotas;*
- vi) *caso o BMG, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;*
- vii) *caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo BMG ou sacados contra o BMG, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;*
- viii) *caso o BMG deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;*

- ix) *caso seja ajuizada contra o BMG, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);*
- x) *caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do BMG, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;*
- xi) *ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Créditos de titularidade do BMG; ou*
- xii) *descumprimento pelo BMG de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.*

11.2 *Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no item 24.2.1 e seguintes do Regulamento.*

12. RESILIÇÃO

12.1 *Este Contrato poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses (“Eventos de Resilição”):*

- i) *realização, pelo BMG, de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 4.7 acima sem a expressa autorização prévia, por escrito, do Fundo, ressalvadas as hipóteses do item 4.7.1;*

- ii) *ocorrência de qualquer evento de liquidação antecipada, previsto no item 24.3 do Regulamento;*
- iii) *caso os titulares das cotas decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 24.2 do Regulamento, constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo; ou*
- iv) *caso não existam mais cotas em circulação.*

12.1.1 É vedada a rescisão imotivada deste Contrato pelo Fundo.

12.2 Este Contrato poderá ser resilido de pleno direito pelo BMG, a seu exclusivo critério, na hipótese de inadimplemento pelo Fundo de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes deste Contrato, não sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação, por escrito, do BMG.

12.3 Na hipótese de rescisão deste Contrato, deverão permanecer válidas, existentes e eficazes suas disposições até a amortização integral ou resgate das cotas, em especial as que estabelecem obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelo BMG relacionadas aos Créditos cedidos ao Fundo.

12.4 Na ocorrência do Evento de Rescisão especificado no item 12.1 “i” acima, deverão ser observados os procedimentos definidos no item 24.4 e seguintes do Regulamento.

13. INDENIZAÇÃO

13.1 A Parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente a Parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, pela Parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato.

13.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, a Parte prejudicada poderá exigir da Parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

13.3 *O disposto nos itens acima se aplica também ao Itaú e à GP, no que for cabível.*

14. FORO

14.1 *As Partes neste ato elegem o Foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste Contrato ou dos Termos de Cessão.*

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 *Este Contrato se tornará eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Créditos a serem celebradas entre as Partes.*

15.2 *Todas as notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à Parte a ser notificada, mediante protocolo; (ii) após 5 (cinco) dias contados da postagem de carta com aviso de recebimento à Parte a ser notificada; ou (iii) após 1 (um) dia da transmissão da notificação por fax ou correio eletrônico à Parte a ser notificada, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada. A GP e o Itaú deverão sempre receber cópia de todas as notificações enviadas de uma Parte à outra. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes, pela GP e pelo Itaú, que poderão ser alterados por notificação enviada aos demais:*

BANCO BMG S.A.

At.: Srs. Márcio Alaôr de Araújo / José Eustáquio Torres

Avenida Álvares Cabral, nº 1707

30170-001 - Belo Horizonte – Minas Gerais

fax nº: (31) 3290-3118 / 3290-3166

correio eletrônico: marcio.araujo@bancobmg.com.br / jet@bancobmg.com.br

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I, administrado por MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

At.: José Carlos Xavier de Oliveira

Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar 20030-021 - Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
fax nº: (21) 3974-4501
correio eletrônico: zeca@mellonbrasil.com.br

BANCO ITAÚ S.A.

At.: Srs. Rosa de Fátima Machado / Cibele O. Bertolucci
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, nº 707 – 9º andar – setor azul
04344-902 - São Paulo – São Paulo
fax nº: (11) 5029-1880 / 5029-4554
correio eletrônico: rosa.machado@itau.com.br / cibele.bertolucci@itau.com.br

GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

At.: Jorge Carlos Nuñez
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 7º andar
04538-132 – São Paulo – São Paulo
fax nº: (11) 3131 5566
correio eletrônico: jorge.nunez@gp.com.br

15.3 Qualquer alteração ao presente Contrato somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por ambas as Partes e com a interveniência do Itaú e da GP, e registrada nos termos da cláusula 9 acima.

15.4 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato, ou dos Termos de Cessão, não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

15.5 Se qualquer disposição deste Contrato, ou dos Termos de Cessão, for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato ou dos Termos de Cessão.

15.6 As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver por meio de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato ou

aos Termos de Cessão.

15.7 As Partes, o Itaú e a GP se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativos aos negócios das Partes, do Itaú e da GP que não sejam de conhecimento público.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, para um só efeito, juntamente com os intervenientes anuentes, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Rio de Janeiro, [DATA].

BANCO BMG S.A.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS GP INSS I, ADMINISTRADO
POR MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

BANCO ITAÚ S.A.

GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I, em [COMPLETAR].

MODELOS (I) DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO; (II) DA AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM BENEFÍCIO; E (III) DO COMPROVANTE DA OPERAÇÃO

Rio de Janeiro, [DATA].

BANCO BMG S.A.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS GP INSS I, ADMINISTRADO
POR MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

BANCO ITAÚ S.A.

GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I, em [COMPLETAR].

REPRODUÇÃO DO “CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS”, CELEBRADO ENTRE MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. , BANCO BMG S.A. E BANCO ITAÚ S.A., EM [COMPLETAR]

Rio de Janeiro, [DATA].

BANCO BMG S.A.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I, ADMINISTRADO POR MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

BANCO ITAÚ S.A.

GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I, em [COMPLETAR].

MODELO DOS TERMOS DE CESSÃO

“TERMO DE CESSÃO DE CRÉDITOS

Pelo presente Termo de Cessão de Créditos, doravante denominado simplesmente “Termo de Cessão”,

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “BMG”, e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GP INSS I, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 15 de dezembro de 2005, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob nº [COMPLETAR], neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada por sua vez na forma de seu contrato social (“Instituição Administradora”), doravante designado simplesmente “Fundo”;

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) *em [COMPLETAR] as Partes, o Banco Itaú S.A. e a GP Investimentos Imobiliários S.A. celebraram Contrato de Cessão de Créditos (“Contrato”); o presente Termo de Cessão está sujeito às cláusulas do Contrato; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato; e*
- ii) *após a realização de todos os procedimentos descritos no item 1.1 do Contrato, são ora objeto de cessão os Créditos especificados no anexo Relatório do Itaú, que constitui parte integrante do presente Termo de Cessão;*

as Partes desejam formalizar a cessão dos Créditos especificados no anexo Relatório do Itaú, conforme abaixo:

1. *Preço dos Créditos: em contraprestação à cessão dos Créditos, cujas características e respectivos devedores encontram-se descritos no Relatório do Itaú anexo ao presente, o Fundo pagará ao BMG, conforme os prazos especificados no item 2.2 do Contrato, a quantia de R\$[COMPLETAR] ([COMPLETAR]).*
2. *Os Créditos apresentam valor de face de R\$[COMPLETAR] ([COMPLETAR]).*
3. *O BMG declara que (i) todos os Créditos descritos abaixo observam os requisitos estabelecidos no item 4.1 do Contrato, bem como os critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento; (ii) a cessão dos Créditos descritos abaixo não configura, na presente data, fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; e (iii) todas as declarações constantes do item 10.1 do Contrato permanecem verdadeiras.*
4. *A Instituição Administradora declara que permanecem verdadeiras todas as suas declarações constantes do item 10.2 do Contrato.*
5. *São anexos ao presente: (i) Lista de Créditos, impressa; (ii) Relatório do Itaú, impresso; e (iii) relatório da KPMG Auditores Independentes elaborado nos termos do item 10.1(i) do Regulamento .*
6. *A cessão e o respectivo pagamento do preço têm sua eficácia condicionada à emissão da declaração da CEF disposta no item 4.1 (ii) do Contrato.*

*Rio de Janeiro, [COMPLETAR].
[ASSINATURAS]”*

Rio de Janeiro, [DATA].

BANCO BMG S.A.

***FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS GP INSS I, ADMINISTRADO
POR MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.***

BANCO ITAÚ S.A.

GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I, em [COMPLETAR].

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

“(CIDADE), (DATA).

*Ref.: Cessão de créditos decorrentes de empréstimo
Contrato de empréstimo n° (NÚMERO)*

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que o Banco BMG S.A. cedeu ao “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GP INSS I” os direitos creditórios decorrentes das parcelas com vencimento em (DATA DE VENCIMENTO DAS PARCELAS) do (DENOMINAÇÃO DO CONTRATO).

Não obstante, referidas parcelas devidas por V.Sa. continuarão sendo descontadas automaticamente de seus benefícios. Por oportuno informamos, ainda, que os termos e condições do empréstimo não sofrerão qualquer alteração.

Permanecemos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.
(NOME DO DIRETOR)”**

Rio de Janeiro, [DATA].

BANCO BMG S.A.

***FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS GP INSS I, ADMINISTRADO
POR MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.***

BANCO ITAÚ S.A.

GP INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:”